



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

VICTOR DAMIANI ROMAGNA

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL NA UNIÃO EUROPEIA

Tubarão

2011

VICTOR DAMIANI ROMAGNA

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL NA UNIÃO EUROPEIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Valdir Luiz Schwengber, Dr.

Tubarão

2011

VICTOR DAMIANI ROMAGNA

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL NA UNIÃO EUROPEIA

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 18 de Novembro de 2011.

Prof. Dr. Valdir Luiz Schwengber – Orientador
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof.^a Carla Aparecida Borba Marinho
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof.^a Luciana Flor Correa
Universidade do Sul de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, que me direcionou no caminho do bem, me concedeu força e sabedoria, pela vida e pelas oportunidades.

Agradeço aos meus pais pela educação que me deram, agradeço com muito carinho a toda minha família, pela força e incentivo.

À Universidade do Sul de Santa Catarina, pela graduação e oportunidade de desenvolvimento deste trabalho. Ao Professor Orientador Doutor Valdir Luiz Schwengber, pela orientação e dedicação. À Professora Terezinha Damian, pelo apoio e ajuda nos momentos precisos.

Um agradecimento a todos os professores ligados ao curso de Relações Internacionais, pelos ensinamentos.

E, finalmente, agradeço aos meus colegas que me ajudaram direta ou indiretamente para o desenvolvimento deste projeto. Muito obrigado a todos vocês.

As políticas que regulam o avanço da globalização econômica têm de promover as liberdades culturais, em vez de subjugá-las. (...) O objetivo das políticas multiculturais é proteger a liberdade cultural e expandir as escolhas das pessoas – nas formas em que as pessoas vivem e se identificam – e não penalizá-las por essas escolhas. (...) O multiculturalismo tem a ver com a construção de um compromisso comum, com valores nucleares e não negociáveis. (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 2011)

RESUMO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é analisar o papel da política cultural e educacional da União Europeia no processo de integração cultural desta, e as consequências desse nível de integração cultural nas decisões que tangem o avanço da integração europeia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois se baseia em material já publicado sobre o tema.

Este estudo se propõe a discutir, através de um debate, o processo de integração cultural na União Europeia e a sua influência nas decisões de integração do bloco, tendo como referência as teorias de política internacional, antropológicas e das relações internacionais. Deste modo, a integração regional europeia almeja a construção de uma identidade comum através das políticas culturais e educacionais, que são elaboradas considerando a aceitação e o respeito à pluralidade dos Estados-Membros, atuando com distintas culturas e histórias, ou seja, visando a criação de um sentimento comunitário mais forte, que possibilitaria um avanço no âmbito da integração comunitária, principalmente política, mantendo as identidades nacionais e culturais dos Estados-Membros.

Palavras-chave: União Europeia. Cultura. Multiculturalismo. Integração regional.

RIASSUNTO

L'obiettivo di questo lavoro di conclusione di corso è capire il ruolo della politica culturale ed educativa del processo di integrazione dell'Unione Europea e le conseguenze di questo livello di integrazione culturale nelle decisioni che riguardano l'avanzamento dell'integrazione europea. Si tratta di una ricerca qualitativa perché si basa su materiale già pubblicato sul tema. Questo studio si propone di contribuire attraverso un dibattito, il processo di integrazione culturale all'interno dell'Unione Europea e la sua influenza sulle decisioni di integrare il blocco, con riferimento alle teorie della politica internazionale, all'antropologia e relazioni internazionali. L'integrazione regionale europea desidera costruire una comune identità, attraverso le politiche culturali ed educative, che sono fatte considerando l'accettazione e il rispetto per la pluralità degli Stati Membri, lavorando con culture e storie diverse, ad esempio permettendo la regione di un senso di comunità più forte che consentirebbe un avanzamento nel contesto dell'integrazione europea, soprattutto politica, visualizzando il mantenimento delle identità nazionali e culturali degli Stati-Membri.

Parole chiave: Unione Europea. Cultura. Multiculturalismo. Integrazione regionale.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A INTEGRAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA.....	13
2.1 A RECONSTRUÇÃO DA PAZ DURADOURA	13
2.2 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA	21
2.2.1 Comunidade Europeia do Carvão e do Aço - CEECA	25
2.2.2 Do Mercado Comum Europeu à União Europeia	26
3 CULTURA E POLÍTICAS DE PROMOÇÃO CULTURAL NA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA UNIÃO EUROPEIA	33
3.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DE CULTURA	33
3.1.1 O Construtivismo Social	36
3.1.2 Identidade.....	38
3.1.3 Identidade Cultural e Nacional	40
3.2 MULTICULTURALISMO E HIBRIDISMO	43
3.3 AS POLÍTICAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS DO BLOCO EUROPEU	47
3.3.1 As políticas culturais do Bloco Europeu.....	48
3.3.2 As políticas educacionais do Bloco Europeu	50
4 O LUGAR DA UNIÃO EUROPEIA NO MUNDO	54
4.1 DESAFIOS DA UNIÃO EUROPEIA NO NOVO CENÁRIO MUNDIAL.....	54
4.2 O PAPEL DA POLÍTICA CULTURAL E EDUCACIONAL DA UNIÃO EUROPEIA E A UNIDADE DO BLOCO.....	64
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	68
6 REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

A linha de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso é: políticas públicas, multilateralismo e emancipação humana. O tema deste projeto é o papel da política cultural e educacional da União Europeia no processo de integração cultural desta, e suas consequências no processo de integração europeu.

A Política está relacionada com o Estado, abordando tudo o que se refere à gestão, como funções, obrigações e divisões do próprio Estado, a forma de governo. A Política Internacional está relacionada com os acontecimentos no cenário global, onde o Estado é o principal ator. Está interligada com as relações internacionais, sendo responsável pelas transformações no mundo. Tendo em vista a interdependência no cenário mundial, causada pela globalização, a Política Internacional analisa a integração econômica, comercial, financeira, social e cultural, promovendo assim, ao longo da história, a união de forças, através de tratados bilaterais, criação de organizações internacionais e blocos econômicos.

Nesse contexto, a União Europeia foi constituída por 27 países, e se desenvolveu a partir da criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951, como forma de unificação dos países europeus para obter maior controle sobre a produção de carvão e aço, após um período marcado por guerras de grande dimensão, tornando-se um grande marco na política internacional, no cenário do mundo bipolar. Este fato serviu de exemplo e referência para o mundo, por ser pioneiro nesta forma de integração, e por conseguir a promulgação da paz no continente através desta cooperação e integração econômica.

A União Europeia pode ser considerada uma comunidade supranacional em algumas perspectivas, delegando poderes nacionais à comunidade, compartilhando uma moeda única e um mercado interno unificado, concedendo mecanismos para a adoção de políticas comuns, mantendo a soberania dos Estados nacionais que a compõem e outros aspectos, em especial o que tange o cultural. Por outro lado, mantém preservados importantes suportes de autonomia nacional dos Estados Membros, que são marcados por uma identidade cultural dividida por conflitos e disputas regionais.

Esta Comunidade Europeia pode ser analisada como consequência de uma forma de globalização, servindo de exemplo para o mundo, pois, apesar das divergências encontradas, vivencia a paz. Mas nem sempre foi assim, conforme verificamos ao longo da história. Foi um continente de inúmeras guerras, conflitos ideológicos e políticos, mas acima de tudo, em sua essência, resultado de inúmeras divergências culturais. Esta mesma Europa,

herdeira da sociedade clássica greco-romana, influenciou a construção de identidades de vários povos e culturas, no continente europeu e fora dele, através do seu legado da administração, do direito, da vontade de conhecer o novo, pelo cristianismo, pelo iluminismo, dando origem à ideia de Estado e de nacionalismo.

A cultura é algo importante e necessário para qualquer nação, porque a identifica e diferencia das demais, é um retrato da história, das conquistas, dos sofrimentos, é aquilo que influencia nas decisões de um Estado, de seu povo, dando-lhe uma direção. O maior patrimônio da União Europeia é sua riqueza cultural, com os diferentes sistemas nacionais, que, ao mesmo tempo, se torna um grande desafio para a construção de uma comunidade realmente unida. Pois a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores, e que naturalmente carrega a rejeição pelo que é exótico a cada cultura.

Desse modo, torna-se natural que as diferenças culturais na União Europeia, por ser uma comunidade intercultural, promovam divergência entre os Estados. No entanto, existem duas maneiras de provocar mudanças numa cultura: através de mecanismos internos, resultantes da própria evolução do sistema cultural, e através de interferências externas, resultantes do contato de um sistema cultural com outro, o que muitas vezes estimula mudança mais brusca, geral e rápida do que as forças internas.

O intuito, então, é mostrar que estratégias e mecanismos educacionais e culturais adotados pela União Europeia estão promovendo a interação entre as culturas, com o intuito de transformar a comunidade em um sistema multicultural.

Diante do exposto, tem-se como problema a seguinte pergunta de pesquisa: Qual é o papel da política cultural e educacional da União Europeia no processo de integração cultural desta, e as consequências desse nível de integração cultural nas decisões que tangem o avanço da integração europeia?

O objetivo geral deste estudo é: conhecer o papel da política cultural e educacional da União Europeia no processo de integração cultural desta, e as consequências desse nível de integração cultural nas decisões que tangem o avanço da integração europeia.

Como objetivos específicos destacam-se: apresentar aspectos conceituais relacionados à cultura, política internacional, política cultural, política educacional, integração comunitária e União Europeia; mostrar o contexto histórico europeu e os desafios para a reconstrução econômica e promoção de paz duradoura; descrever o processo de integração da União Europeia, que idealiza o desejo de reconstrução econômica e de paz duradoura; destacar as políticas de promoção cultural na integração regional da União Europeia; analisar

o papel das políticas culturais e educacionais na construção da identidade europeia; levantar dados sobre a influência de uma comunidade multicultural nas decisões que tangem a integração europeia, facilitada pelas políticas culturais e educacionais.

As hipóteses deste trabalho são as seguintes: Uma hipótese da pesquisa aponta para as diferenças culturais, observando-se que na construção de uma esfera supranacional todo o desenvolvimento obtido pela União Europeia se deu através de políticas públicas, respeitando as diferenças culturais, que resultou em uma integração consolidada ao longo do tempo, como solução de dificuldades econômicas e de construção da paz duradoura. Outra hipótese de pesquisa se volta para as políticas educacionais e culturais construídas pelo bloco europeu, que propõem uma melhor integração comunitária, resultando ao longo do tempo na alteração de um bloco intercultural em cada vez mais multicultural, levando a União Europeia a avançar e tornar-se mais supranacional.

Cabe ressaltar as razões que justificam a realização deste estudo. O Bloco Europeu surgiu com a integração de países num continente com profundas diferenças históricas, culturais e lingüísticas. Substituindo-se o impulso de ambição, pertinente no passado com missões de expansão territorial e de domínio de recursos naturais, conseguiu a promulgação da paz, através da integração, cooperação, alcançando políticas econômicas, comerciais e sociais, a livre circulação de pessoas, com a qual os cidadãos dos países-membros podem viajar e trabalhar em diferentes localidades sem impedimentos, tornando-se um marco de referência para o mundo, tendo em vista a magnitude desta união.

Então a intenção de elaborar um estudo sobre a integração cultural na União Europeia através da análise das políticas educacionais e culturais é mostrar e compreender a influência do efeito dessas políticas nas decisões adotadas no bloco, seja no campo político, econômico, social ou comercial, assim como estudar de que forma são aplicadas essas políticas educacionais e quais seus impactos na construção de uma comunidade multicultural. Também se faz necessário abordar e estudar a Política Internacional, abrangendo as teorias de integração, conceito contemporâneo de Estado e políticas públicas, buscando compreender a importância de uma comunidade europeia mais unida e forte no cenário mundial e entender sua influência no avanço da integração do bloco.

A cultura, assim como a identidade cultural, também deve ser abordada, por ter relativa importância e influência no processo de integração. Esta abrange questões sobre lugar, gênero, raça, história, nacionalidade, orientação sexual, crença religiosa e etnia. Partindo do princípio de que conflitos culturais não estão presentes apenas no continente europeu, mas em todos os continentes, este estudo poderá servir como referência para os

demais países e blocos econômicos, que poderão utilizar as mesmas políticas educacionais e culturais, almejando uma integração no mesmo patamar. Então a importância deste estudo não se limita apenas ao continente europeu, estendendo-se aos demais blocos econômicos, como o MERCOSUL, que busca uma integração no mesmo nível, mas devido às diferenças culturais e suas consequências não se consegue concretizar.

Ainda, este trabalho se torna importante para os países da América Latina que, através do MERCOSUL, buscam seguir os moldes da União Europeia. Por isso, deve-se compreender o processo de integração da União Europeia, pelo viés cultural, por meio das políticas culturais e educacionais, para que se possam aplicar políticas traçadas para o MERCOSUL, baseando-se naquelas aplicadas pela Comunidade Europeia, tendo em vista os seus sucessos e insucessos.

No entanto, este estudo também pode ser importante para um único Estado, que deseje resolver conflitos culturais dentro de seu próprio território, adequando as políticas culturais e educacionais da União Europeia à sua realidade, visando uma integração mais sólida, havendo respeito às diferenças culturais, tornando-se cada vez mais multicultural. Como no Brasil, em que, de acordo com o processo histórico, houve imigração de diferentes etnias – italianos, poloneses, alemães, japoneses, negros, entre outros – que aqui se deparavam com os índios e sua cultura. Há a presença de diferentes sistemas culturais, que ao longo da história se conflitavam, como se percebe com a escravidão, com a ocupação de terras pelos imigrantes europeus, que invadiam territórios indígenas, com a exaltação de uma cultura sobre outra. Atualmente, é possível perceber a integração entre esses sistemas oriundos daquela época, ocasionados pelo contato de um sistema com o outro. No entanto, ainda há preconceito e discriminação, e uma forma de maximizar esta integração, sem dúvida, seria através de políticas culturais e educacionais que visem a um ambiente multicultural.

Em se tratando da UNISUL e do Curso de Relações Internacionais, este trabalho será importante, ao abordar um tema recente e pouco estudado, que possibilitará aos acadêmicos compreenderem melhor a importância da cultura nas relações internacionais e suas influências nas relações entre Estados-Nação, contribuindo na formação acadêmica do aluno.

Este trabalho foi realizado a partir de determinados procedimentos metodológicos. Desta forma ressaltam-se o tipo e o universo de pesquisa, o método utilizado, e as técnicas de coleta e análise de dados. Este estudo é uma pesquisa qualitativa, pois se baseou em material já publicado sobre o tema. Desse modo, este trabalho não busca enumerar ou medir eventos, o que o leva a ter caráter descritivo.

O método utilizado neste estudo foi o dedutivo, que envolve a observação intensiva e de longo tempo num ambiente natural, o registro preciso e detalhado do que acontece no ambiente, a interpretação de crenças, valores, atitudes, situações, com análise de dados utilizando descrição ou narrativa.

O universo de Pesquisa refere-se à União Europeia, no que tange à integração cultural, através das políticas educacionais e culturais da Comunidade Europeia.

Este trabalho analisou dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados através de pesquisa documental, a partir de tratados, acordos e demais documentos que orientam as temáticas em questão. Os dados secundários foram coletados através de pesquisa bibliográfica onde o autor, primeiramente, fez arrolamento das fontes, leitura dos textos e consequentemente fichamentos para subsidiar a análise do problema colocado.

Os dados foram apresentados e analisados em forma de um trabalho monográfico para ser aprovado pela disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Desse modo, no segundo capítulo é abordada a integração da Europa até os dias atuais com a União Europeia, analisando o processo histórico em busca de uma paz duradoura, o processo de integração europeia, que são resultados de conflitos históricos, como as duas grandes guerras mundiais, a guerra fria e, principalmente, consequência da influência histórica da revolução industrial, que levou ao capitalismo, e do iluminismo, que nos trouxe o conceito de estado-nação.

O terceiro capítulo pretende estudar os aspectos conceituais de cultura, as políticas de promoção cultural na integração da união europeia e as medidas adotadas pelo bloco para minimizar as divergências culturais, promovendo uma maior integração.

Já o quarto capítulo traz a resposta da pesquisa, o papel da política cultural e educacional da União Europeia, e mostra os desafios vivenciados pelo bloco no novo cenário mundial com a crise financeira, com o envelhecimento da população, com a imigração ilegal, os altos gastos com serviços sociais, a ênfase do nacionalismo em função dos problemas da unidade do bloco.

Enquanto o quinto capítulo aborda as conclusões e recomendações.

2 A INTEGRAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

Sendo a União Europeia consequência e ator influente da política internacional, entende-se que a principal diferença entre a política internacional e a política nacional ou doméstica é que na primeira há ausência de autoridade, e na segunda existe autoridade suprema, levando em consideração que o Estado exerce o poder máximo sobre uma população e território, através de leis, instituições e tradições. Na Política Internacional, os Estados possuem relações de poder assimétricas entre si, existindo apenas reconhecimento de supremacia, que resulta em subordinação dos mais fracos, em relação aos que possuem maior poder e influência, pois não existe e nunca existiu, na política internacional, uma autoridade suprema com legitimidade e força que poderia influenciar ou controlar um Estado. O mais perto disto, que se tem, são relações de obediência, influência ou supremacia entre os Estados, podendo ser firmadas através de alianças entre os Estados e com a criação de organizações internacionais. (ALBUQUERQUE, 2005).

Portanto, entende-se como política internacional aquela feita por um país para outro país, ou por vários países para o mundo, através de blocos econômicos, organizações internacionais, abordando temas como economia internacional, relações diplomáticas, comércio internacional, entre outros. A Política Internacional sofreu alterações ao longo da história e continua mudando, conforme os interesses dos Estados e o cenário mundial.

Nesse contexto, a Europa foi aquela que mais influenciou na política internacional. Foi naquele continente que ela começou a se desenvolver e ganhar forma, tendo em vista as ideologias que surgiram ali, como iluminismo, liberalismo, socialismo, entre outras, levando a política internacional a se desenvolver conforme o desenrolar da história e necessidades.

2.1 A RECONSTRUÇÃO DA PAZ DURADOURA

Mas, para que a Europa alcançasse a paz duradoura, foi preciso passar por diversos conflitos que moldaram a atual estrutura política e econômica global e a própria política internacional e, conseqüentemente, as relações internacionais.

Nesse contexto, a Europa é uma civilização que herda tradições de diversas

sociedades que se sobrepõem, influenciadas por atividades desenvolvidas pelos homens, assim como pelas ideias inventadas pela humanidade, em que se destacam as heranças de culturas, como da greco-romana, onde a influência grega possibilitou, pela primeira vez, uma unidade política para a Europa, e a cultura romana que, com a “glória romana”, trouxe o desejo de expansionismo, influenciando Napoleão e Hitler, enquanto a conversão dos “bárbaros” foi responsável por trazer a tradição romana para o futuro europeu, ressaltando o sentido de unidade dos povos do continente. Contudo, este sentimento de unidade não é único, já se conflitava desde a divisão do império romano em ocidente e oriente, e posteriormente abriu espaço para novos conflitos, com a Guerra Fria, através do socialismo e capitalismo. (MAGNOLI, 2004)

Considera-se que o velho continente passou a ser conhecido como Europa a partir da queda do Império Romano, tendo participado mais intensamente para isto o imperador Carlos Magno que, durante o império carolíngio, subordinou a igreja a sua autoridade, usando-a como meio para seu governo e, sobretudo, governando por meios dos bispos. Consequentemente adotou uma política expansionista, com um Império territorial e continental, estendendo-se a partir do Mediterrâneo em direção aos eslavos. (JUNQUEIRA, 2008)

Ainda, existe a influência do cristianismo, com a igreja católica, que surgiu ainda no império romano, conforme Stelzer (2004, p 26):

Numa Europa assim submetida à religião cristã, a Igreja de Roma exerce uma influência e consegue mesmo um acatamento tão generalizado no domínio intertemporal que, malgrado as vicissitudes sofridas ao longo dos séculos, conseguiu impor à Europa uma unidade espiritual e formas de unidade política que ficaram a marcar para sempre a sua história.

Então a igreja católica que nasceu ainda no império romano sobrevivendo a ele, teve a função de unir o velho continente através de uma religião comum, em épocas em que ainda não se pensava em Europa, possibilitando que bárbaros se cristianizassem, e de modo indireto, que os cristãos também se barbarizassem. Esse acontecimento possibilitou unir povos de diferentes localizações geográficas em prol de um único objetivo, a religião cristã, que adquiria forma unitária na medida em que a cristandade reagrupava homens e mulheres. Desse modo, talvez possamos considerar esta como a primeira realidade política, que se transformou no maior centro de poder na Idade Média. (JUNQUEIRA, 2008)

Esta intenção de unir a Europa através do cristianismo teve fim em 1648, com a ratificação do Tratado de Westfália, quando se encontra o amadurecimento das ideias que

solaparam o medievalismo continental, negando a supremacia da igreja e trazendo desejo de uma comunidade de Estados, que pode livremente adotar seu estatuto político. (STELZER, 2004)

Sendo assim, a noção de Estado tem suas origens na desagregação do mundo feudal, a partir do século XV, com o fenômeno “recentralização do poder” que almejava a volta do poder para a mão do rei, e que, após a queda do império romano, passou a ser confrontada ou dividida com os senhores feudais. A burguesia possuiu um papel fundamental neste fenômeno, financiando o monarca para que recuperasse o poder, tendo em vista que para expandir suas atividades mercantis os burgueses necessitavam de um mercado unificado, e isso seria possível sob a autoridade forte e centralizadora de um monarca. A partir daí surgiram os ideais, Humanismo, Renascimento e Reforma. (FRANCA FILHO, 2002)

Estando novamente o poder consolidado inteiramente na monarquia, tem-se a instituição das monarquias absolutas na Europa, regimes onde o rei ilimitadamente pratica todos os poderes do Estado, podendo legislar, prestar a justiça, administrar. Foi então que surgiram pensadores como Nicolau Maquiavel, Jean Bodin, Thomas Hobbes e Hugo Grotius, que passaram a debater a consolidação do Estado nacional e a centralização do poder, divulgando doutrinas sobre a legitimação dos déspotas e a obrigação de obediência passiva do súdito, defendendo a construção do Absolutismo Monárquico. (FRANCA FILHO, 2002)

Em função do descontentamento com o Absolutismo Monárquico, surgiram, a partir do século XVIII, as Revoluções Liberais, que resultaram na concepção do Estado de Direito, que foi a principal arma da burguesia europeia dos séculos XVIII e XIX no combate ao Antigo Regime, ao poder ilimitado e à legitimação divina dos reis. Entre as revoluções liberais, a principal foi a Revolução Francesa, em 1789, que consolidou no plano sócio-político a Soberania nacional (assentada, em última instância, no próprio povo) e a separação dos Poderes (como forma de limitação recíproca); no plano jurídico, a supremacia da lei como fonte do direito, a preponderância da norma constitucional sobre as demais, o controle da legalidade e da constitucionalidade pelo Judiciário (como instrumentos de garantia da supremacia da Lei Magna e limitador dos Poderes do Estado) e, principalmente, a noção de Direito como sistema (jusracionalismo). (FRANCA FILHO, 2002)

Nesse contexto, outro evento importante ao longo da história, que colaborou com a atual conjuntura da Europa, foi o liberalismo, que resultou da Revolução Francesa e deu origem à teoria de Iluminismo, criando a ideia de Estado e nacionalismo. (MAGNOLI, 2004)

Então, Napoleão Bonaparte, inspirado pela cultura romana em relação aos ideais expansionistas, por meio do Estado nacional francês tentou impor uma união europeia pela

força, ampliando seu domínio territorial. O Império Napoleônico durou quase duas décadas, estendendo o poder da França desde a Europa central, até os limites do Império Russo e nas penínsulas Ibérica e Itálica. Napoleão enfrentou as potências Grã-Bretanha, Prússia, Áustria e Rússia quando foi derrotado na Batalha das Nações, em 1813. (MAGNOLI, 2004)

Não menos importante, influenciando na atual conjuntura da Europa, foi a revolução inglesa, que deu origem ao industrialismo, e que, assim como as vertentes da revolução francesa, repercutiu em todo o planeta, causando guerras e conflitos entre soberanias rivais, de modo que a segurança do Estado tornou-se o principal objetivo da política e diplomacia. (MAGNOLI, 2004)

Após o fim do império napoleônico houve a unificação da Alemanha e da Itália, tendo como principais coadjuvantes na Alemanha, Bismarck, e na Itália, Garibaldi. (STELZER, 2004)

Com a derrota de Napoleão, a Grã-Bretanha reforçou sua hegemonia política e econômica, abrindo caminho para a consolidação da economia industrial e de um mercado mundial através da revolução industrial. A Grã-Bretanha não teve concorrentes até 1880, período em que esta representava aproximadamente 40% da produção industrial europeia. No entanto, a partir de 1880 a indústria alemã começou a se destacar e concorrer diretamente com a Grã-Bretanha, pois, a partir da Unificação Alemã de 1871, a Alemanha passou a ter mais influência na Europa, passando a disputar a hegemonia com a Grã-Bretanha, gerando conflitos na região, que resultou na 1ª Guerra Mundial. (DEMÉTRIO, 2004)

A primeira grande guerra foi motivada principalmente pela disputa continental entre França e Alemanha. Nesse contexto a Rússia se aliou à França e a Áustria-Hungria à Alemanha, enquanto a Grã-Bretanha, com a ajuda dos Estados Unidos, entrou na guerra com o objetivo de recuperar sua posição hegemônica na Europa. (MAGNOLI, 2004)

Ao final da 1ª guerra a vitória dos Aliados é também a vitória das democracias e da democracia, que assim triunfa do Antigo Regime, dos impérios autocráticos, dos regimes autoritários. Com a derrota da Alemanha, foi instituído o Tratado de Versalhes, que seria responsável por reorganizar o mapa político europeu, ao obrigar a Alemanha a devolver os territórios da Alsácia e Lorena para França, e com a degradação do Império Russo e da Áustria-Hungria. O tratado obrigou a Alemanha a pagar indenizações financeiras e materiais pela guerra. Ainda o tratado concedeu a independência da Polônia e passou para o controle desta territórios habitados por alemães. (MAGNOLI, 2004; REMOND, 1974)

O Tratado de Versalhes também determinava a criação da Sociedade das Nações. Também conhecida como Liga das Nações, era a associação de países vencedores, que teve

sua sede em Genebra, na Suíça, destinada a garantir a paz e segurança mundial. No entanto, a Sociedade das Nações não podia, de nenhum modo, desempenhar o seu papel de organizadora da paz, pois quem integrava a Sociedade das Nações eram alguns dos Estados vencedores, que não possuíam nenhuma autoridade moral. O que contribuiu para que a sociedade não conseguisse alcançar seu objetivo. (CARPENTIER, LEBRUN, 1992).

A reformulação geopolítica na Europa após a Primeira Guerra Mundial deixou muitos povos insatisfeitos, em especial, aqueles que não puderam participar do Tratado de Versalhes e da Sociedade das Nações. Isso porque novos países nasceram da fragmentação de antigas potências e algumas etnias ou grupos populacionais, até então unidos, foram forçados a se separar. (CARPENTIER, LEBRUN, 1992).

Entre o fim da primeira guerra mundial e o começo da segunda guerra mundial, surgiu na Europa uma nova forma de poder político e de organização do Estado, o totalitarismo. Este modelo político iniciou com a destruição da Rússia democrática pelos bolcheviques, que tomaram o poder e destituíram a Duma (Assembleia Constituinte da Rússia livremente eleita). Esta forma de poder político se encontrava nas mãos de um pequeno grupo de pessoas, organizadas sob a forma de partido único, onde os líderes intermediários ocupam postos na hierarquia do governo, de tal forma que a máquina do partido se confunde com o Estado. Onde se exalta o governo e a figura do líder, sendo o chefe de um regime totalitário encarado como uma pessoa excepcional, dotado de qualidades quase sobrenaturais. (CARPENTIER, LEBRUN, 1992; JUNQUEIRA, 2008)

Em alguns países, muitas pessoas perderam a confiança na democracia liberal, responsabilizando-a pela crise econômica que se perpetuava na Europa e pelas insatisfações causadas pelo Tratado de Versalhes, sofrendo ainda influência dos bolcheviques da Rússia que, temerosos, propiciaram a ascensão de ditadores ao poder na Europa. (CARPENTIER, LEBRUN, 1992; JUNQUEIRA, 2008)

Desse modo, passaram a surgir na Europa regimes políticos, como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha. Estes fatores provocaram a ascensão de regimes ditatoriais, na Itália com Mussolini e na Alemanha com Hitler, estimulando outros países a adotarem movimentos parecidos, como na Polônia, na Grécia, na Espanha e em Portugal. (CARPENTIER, LEBRUN, 1992; JUNQUEIRA, 2008)

O desejo de expansão territorial de algumas potências como a Alemanha e a Itália, que passaram a invadir países próximos, abalando o então fragilizado tratado de paz firmado entre as nações, desencadeou a Segunda Guerra Mundial. A entrada das tropas norte-americanas e soviéticas no conflito desestabilizou as forças dos países que formavam o Eixo,

sendo que o avanço da União Soviética sobre a Alemanha fez com que a Polônia, Romênia, Bulgária, Noruega, Hungria e parte da Tchecoslováquia deixassem de ter influência alemã. (CARPENTIER, LEBRUN, 1992).

Posteriormente, com a morte de Hitler pelos soviéticos e de Mussolini pela Resistência Italiana, a Alemanha se rendeu. Sendo assim, os líderes dos Estados Unidos, da União Soviética e da Inglaterra reuniram-se em Potsdam, na Alemanha, para estabelecer os termos de paz. (CARPENTIER, LEBRUN, 1992).

Ao fim da segunda grande guerra, surgiu um novo mundo, com características econômicas, políticas e militares distintas daquelas existentes até então. Por ter sido a Europa o palco central do conflito, encontrava-se arruinada, onde já não se obtinham as necessidades básicas da população, como alimentação, moradia, vestuário, empregos. Então, como as economias estavam prejudicadas, sem reservas cambiais, tornou-se impossível a importação de bens de capital e consumo necessários para a reconstrução da Europa ou formas para financiá-la. (CAMPOS, 2002)

O meio possível seria através dos Estados Unidos, que saíram ilesos do conflito, dispondo de grande capacidade produtiva e dificuldade de escoar a produção para outros mercados, visto que o mercado interno não tinha demanda suficiente para absorvê-lo e o europeu estava destruído. Com o Plano Marshall, os Estados Unidos deram suporte para reerguer a Europa, mas, longe de ser uma ajuda desinteressada à recuperação do continente, era uma estratégia de disputa dos Estados Unidos pela hegemonia mundial, pois através desta, eles promoveram o Capitalismo, limitando a influência da União Soviética na Europa, sendo um fator essencial para a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria. (MAGNOLI, 2004) (CAMPOS, 2002)

Com as duas grandes guerras mundiais que aconteceram na Europa no século XX, houve a decadência das potências europeias e, ao final da Segunda Guerra Mundial, as relações entre Estados e a Política Internacional adquiriram um caráter de bipolaridade, que ficou representado pela Guerra Fria, onde se entendia que o mundo estava dividido em dois sistemas e duas superpotências, o Capitalismo, que representava os interesses dos Estados Unidos, e o Socialismo, que representava os interesses da União Soviética. (OLIVEIRA et al, 2006).

Nesse contexto, a bipolaridade foi um fenômeno político que decorreu do enfraquecimento político das antigas potências Alemanha, França, Itália e Inglaterra e a consequente emergência dos Estados Unidos e União Soviética como os novos centros do poder mundial, onde cada um defendia e impunha seu projeto político e sua visão de mundo.

Sendo assim, os Estados Unidos se tornaram o grande credor do mundo capitalista e, assim, construíram sua hegemonia perante os países industrializados, principalmente da Europa Ocidental, enquanto a influência da União Soviética alcançava boa parte da Europa Centro-Oriente com sua política e ajuda econômica. Ressalta-se que a União Soviética estatizava toda a economia, fechando-se para o mercado interno e construindo a faixa de segurança do território soviético, conhecida como “Cortina de Ferro”. (FRANCA FILHO, 2002)

Em 1945 os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética realizaram as conferências de cúpula de Yalta, onde redesenharam o mapa europeu, consolidando o espaço de domínio capitalista e soviético. A partir deste momento o desejo de expansão destas áreas de influência fez com que as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética esquentassem. (FRANCA FILHO, 2002)

Foi neste momento que se originou o termo “Guerra Fria”, representado principalmente por um sistema de alianças político-militares, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada pelos países capitalistas em 1949, e o Pacto de Varsóvia, criado, em 1955, pelos Estados socialistas. Na Guerra Fria, o equilíbrio se mantinha pelo terror, pois existia o domínio da tecnologia bélica nuclear e a possibilidade sempre iminente de uma suicida “guerra quente”, travada nos campos de batalha, que traziam a possibilidade de destruição tanto do inimigo como do próprio agressor. (FRANCA FILHO, 2002)

Ainda, a divisão da Alemanha e, principalmente de Berlim, demonstra a bipolaridade da época. Na qual, o Tratado de Potsdam e acordos posteriores dividiram o território alemão em quatro partes, ficando o norte do país sob controle de Londres, o sul sob controle de Paris; e o leste, sob controle de Moscou. Desse modo a União Soviética tentou impor o socialismo no leste alemão. (FRANCA FILHO, 2002)

Sendo a União Soviética contra a reunificação alemã e pretendendo proteger suas fronteiras, em 1961 constrói o Muro de Berlim, símbolo que melhor representa a dicotomia político-ideológica da época. Com a Política Internacional sendo conduzida por Estados Unidos e União Soviética, os demais Estados, como Japão e as demais economias europeias, focaram seus esforços na construção e influência de um espaço econômico, aproveitando que as duas principais potências estavam focadas na Guerra Fria. (FRANCA FILHO, 2002)

Outro marco importante para a Política Internacional e um grande passo para a paz no continente europeu foi a queda do muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da União Soviética em 1991, que representou a vitória do sistema capitalista e dos Estados Unidos, e que, como consequência, propagou as ideias do liberalismo, da democracia e do mercado, representando, assim, o fim das Guerras e deixando a visão de que o melhor

caminho a ser seguido seria através de cooperação entre os Estados. (OLIVEIRA, et al; 2006).

Não menos importante para a paz no continente europeu, para a política internacional e até mesmo para a economia mundial foi a criação da Organização das Nações Unidas(ONU), estabelecida após a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de tornar o mundo mais pacífico e diminuir a incidência de guerras, enquanto também surgiam o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Internacional do Comércio, que pretendia garantir mecanismos de sustentar as relações internacionais e a política internacional. (OLIVEIRA et al, 2006; CARPENTIER;LEBRUN,1992).

Com o fim da Guerra Fria e o fortalecimento da hegemonia dos Estados Unidos, houve a valorização crescente das organizações internacionais multilaterais, com o fim de discussão e encaminhamento das questões internacionais, como a Organizações da Nações Unidas, que passaram a atuar em novas questões, como as violações a direitos humanos, o problema ambiental, o avanço demográfico e a segurança alimentar. (FRANCA FILHO, 2002)

Como consequência da vitória do capitalismo, o mundo ficou organizado de forma similar nos planos econômicos, políticos e estratégicos, de modo que a economia mundial é fruto da revolução industrial e o estado-nação contemporâneo é resultado do iluminismo. E estes são os pilares que sustentam a União Europeia, de modo que após a queda do muro de Berlim torna-se necessária a união de forças para enfrentar a dinâmica econômica internacional e a Globalização. (OLIVEIRA, et al, 2006; MAGNOLI, 2004)

Outra característica na nova ordem mundial e consequência do fim da Guerra Fria foram a alteração da competição de política-ideológica para econômica, e o surgimento de novos atores no cenário mundial, com a coparticipação de empresas transnacionais e blocos multilaterais. Se no início o surgimento de associações multilaterais de Estados era promovido a partir de razões geopolíticas e estratégicas resultantes da Guerra Fria, com o final desta, as intenções eram manter a paz mundial e buscar desenvolvimento econômico. (FRANCA FILHO, 2002)

Então, como consequência da vitória dos Estados Unidos e do capitalismo, almejando destacar-se na política internacional e na economia mundial, a Europa avança com a paz duradoura através do processo de integração, iniciando pelo viés econômico. (FRANCA FILHO, 2002)

Com o passar do tempo, as associações de Estados passam a ser motivadas por objetivos, como:

- Ampliação da resistência frente às barreiras alfandegárias – tarifárias (impostos de importação/exportação) ou não-tarifárias (inspeções fitossanitárias,

quotas, licenças, práticas discriminatórias nas licitações públicas, preços mínimos ou máximos, depósitos prévios, subsídios);

- Fomento do intercâmbio tecnológico entre países membros;
- Ampliação dos mercados consumidores pela unificação das praças comerciais;
- Maior facilidade de acesso às matérias-primas pela diminuição das barreiras alfandegárias;
- Maior poder de barganha nas negociações internacionais; e
- Majoração dos benefícios obtidos com as vantagens comparativas e economias de escala. (FRANCA FILHO, 2002, p.24)

Já fazia um tempo que na Europa existia a intenção e proposta da criação de um Estado supranacional, idealizadas por filósofos e políticos como Immanuel Kant, que apresentou proposta de criação de uma Federação Universal e um Governo Supranacional como mandamento da autonomia da razão e da lei moral sobre as guerras e violência. (STELZER, 2004)

No entanto, processos de integração dificilmente sofrem um desenvolvimento linear e sem obstáculos. Sendo assim, o processo de integração europeu é composto por uma história de crises e conflitos entre seus parceiros. Arranjos de integração regional são cada vez mais comuns na economia política mundial, e no caso europeu, a integração foi a maneira encontrada para assegurar a paz, a segurança, gerar crescimento econômico. (GUEROT, 2001; RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009).

2.2 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Desse modo, processos de integração regionais não são fenômenos recentes, já vêm acontecendo desde o século XIX, onde se percebem duas formas diferentes de regionalismo. A primeira, que surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, ficou conhecida como regionalismo fechado, e apresentava uma estrutura isolacionista, voltando-se para um protecionismo estratégico, através de acordos de cooperação, na área econômica, política e militar. A segunda fase de integração regional, conhecida como regionalismo aberto, que surgiu no início dos anos 1990, com o triunfo do capitalismo liberal sobre o socialismo real, tinha como corrente o liberalismo ou capitalismo, onde os países membros de acordos regionais abriam suas economias. (RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009).

Um exemplo deste regionalismo fechado na área militar foi a formação da Organização do Atlântico Norte e do Pacto de Varsóvia. Na área econômica foi a Comunidade do Carvão e do Aço (CECA), criada pelo Tratado de Paris em 1951. A

Organização do Atlântico Norte e o pacto de Varsóvia foram acordos militares firmados pelo lado capitalista e socialista na Guerra Fria. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) uniu as nações capitalistas da Europa Ocidental e os Estados Unidos para a prevenção e defesa dos países membros contra eventuais ataques vindos do Leste Europeu, e o Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar formada pelos países socialistas do Leste Europeu e pela União Soviética, para se defender da OTAN. Estes acordos militares, políticos e econômicos de integração possuíam um caráter isolacionista e uma forma de protecionismo estratégico. (GUEROT, 2001)

A partir do acordo da Comunidade do Carvão e do Aço se iniciou o processo de integração da Europa através do viés econômico. Um fator que levou à elaboração deste acordo do carvão e do aço foi o desejo de superar as ondas de guerras na Europa colocando em prática um método de integração que almejava uma forma de controlar a produção de matérias-primas, como carvão e o aço, tendo em vista que a disputa destas já havia desencadeado guerras e conflitos no continente europeu. (GUEROT, 2001) (RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009).

Consequentemente, este regionalismo fechado, presente com a Comunidade do Carvão e do Aço, avançou com cooperação através da formação de blocos regionais, que provoca uma liberação de comércio, de modo seletivo, ao mesmo tempo em que impõe barreiras comerciais àqueles que não participam do acordo de integração regional. Ainda, este causa a criação e desvio de comércio, sendo que a criação de comércio ocorre, quando, em consequência do acordo de integração regional, são concedidos benefícios alfandegários aos países membros, causando substituição da produção nacional pela proveniente dos outros Estados-Membros. Já o desvio de comércio é gerado quando o comércio então existente com um país não membro do acordo de integração regional é substituído pela produção dos países membros. (RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009).

Posteriormente a integração se desenvolveu e adquiriu outras características, de modo que o regionalismo fechado passou a ser aberto, sendo incentivado pelo capitalismo com o fim da Guerra Fria. Então, a partir daí vários acordos surgiram na Europa, como o Tratado de Roma em 1957, o Ato Único em 1987, o Tratado de Maastrich em 1992, e o Tratado de Amsterdã em 1997. (LUIZ, 1999; RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009; GUEROT, 2001)

Estes acordos apresentaram um avanço para a integração regional, em que foram suspensas todas as barreiras sobre a circulação de mercadorias, serviços e capitais e as restrições à movimentação dos cidadãos no interior do espaço comunitário. Inicialmente

compunham o Mercado Comum Europeu os Estados signatários da Comunidade do Carvão e do Aço, e posteriormente aderiram a Grã-Bretanha, Irlanda, Dinamarca, Grécia, Espanha e Portugal. Alcançando 12 Estados-Membros antes do Final da Guerra Fria. (CARPENTIER, LEBRUN, 1992; RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009; GUEROT, 2001; STELZER, 2004)

Nesse contexto, sendo consequência da vitória do capitalismo, do próprio processo de integração europeu, é comum que os processos de integração regional apresentem diferentes graus de aprofundamento ou níveis de integração, onde se podem definir seis possíveis níveis de integração regional. (RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009).

O Primeiro Nível é formado através de uma Área de Preferência Comercial, onde dois, ou mais Estados, estabelecem acordos somente voltados a temas comerciais ou aspectos relacionados ao comércio, como redução ou isenção de tarifas de importação para um grupo reduzido de produtos de interesse desses Estados, políticas ambientais, de compras governamentais, de regulação de concorrência, entre outros. Contudo neste nível de integração os Estados mantêm grande autonomia em suas relações internacionais com os demais países. (RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009).

No Segundo Nível de integração há uma Área de Livre Comércio, constituída por acordos entre os Estados, que abordam a redução ou a isenção das tarifas de importação no comércio entre eles, abrangendo 100% da pauta comercial dos países envolvidos. Ainda que concedidos benefícios tarifários para os países membros do acordo, cada país tem a liberdade de estabelecer as tarifas para produtos oriundos de países que não participem do acordo. (RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009).

O Terceiro Nível é a União Aduaneira, que é composta pelas características da área de livre comércio, havendo, neste caso, a existência de redução ou isenção tarifária das importações de produtos provenientes do bloco e uma tarifa externa comum para ser aplicada sobre os produtos provenientes de Estados que não participem do acordo. Nesta fase de integração a autonomia do Estado é um pouco menor, pois o mesmo não pode mais decidir a política comercial de modo independente, assim como também fica proibida a adoção de política fiscal, cambial ou monetária de forma que prejudique a União Aduaneira. (RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009).

Já o Quarto Nível de integração regional se dá pela formação de um Mercado Comum, onde estão presentes as características da União Aduaneira, complementada pela livre circulação de pessoas, mão-de-obra, de bens, de capitais, de serviços entre os Estados Membros. Neste Nível de integração regional há a coordenação conjunta das políticas comerciais, cambiais, monetárias e fiscais, tornando-se necessária a criação conjunta de

legislação trabalhista, previdenciária, de regulação de capital, de concorrência, entre outras. Ainda nesta fase de integração, se faz necessária a existência de instituições supranacionais, para fazer a gestão da coordenação dessas políticas. (RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009).

O Quinto Nível de Integração é composto pela União Econômica e Monetária, que se caracteriza por um Mercado Comum que adota uma moeda comum. No Quinto Nível os Estados Membros cedem ainda mais sua autonomia para o Bloco, ao deixarem de emitir sua moeda nacional para adotar a moeda comum, deixando assim o controle da política monetária e cambial, perdendo grande parte do controle macroeconômico, ferramenta esta importante no desempenho econômico nacional, como a taxa de juros. (RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009).

O Sexto e último estágio de integração regional, se dá através da união política, que é o mais completo de todos. Este Nível aborda as características do anterior, sendo que neste, os Estados abrem mão por completo de sua liberdade de fazer políticas e de sua soberania política, ao mesmo tempo em que se estabelece uma nova organização política. (RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009).

Tendo como base os níveis de integração regional, é válido destacar que o processo de integração regional europeu é aquele mais desenvolvido, quando comparado com os outros existentes, sendo a União Europeia resultado do desejo de restaurar sua força política e econômica, que tinha sido prejudicada principalmente pela Primeira e Segunda Guerra Mundial, juntamente com a paz duradoura. Então, decidiu-se alcançar este objetivo, por meio de cooperação e integração regional. (CARPENTIER, LEBRUN, 1992) (RAMOS, MARQUES, JESUS, 2009).

Com o fim da Guerra Fria e com a queda do muro de Berlim, a Europa avançava na integração comunitária com o Tratado de Maastricht, que substituiu o Tratado de Roma e definia as novas metas estabelecidas pelo bloco, como promover a União Econômica e Monetária e definia uma política externa de defesa comum. Com a entrada em vigor do tratado em 1993, a Comunidade Europeia passou a ser denominada União Europeia. Como resultado do Tratado de Maastricht, em 1999, foi instituído o Banco Central Europeu e foi criado o Euro, sendo adotado por 13 dos 15 Estados que faziam parte do Bloco em 2000. (CARPENTIER, LEBRUN, 1992; LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

No entanto, acredita-se que os tratados mais importantes neste processo de integração europeu foram aqueles que instituíram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, o Mercado Comum Europeu e a União Europeia. O tratado da CEECA destaca-se por ser o primeiro passo da integração regional, enquanto aquele que institui o Mercado Comum

Europeu possibilitou a integração econômica em grande escala. Já o tratado da União Europeia significou um novo passo no processo de integração, com uma união mais estreita entre os povos europeus. (CARPENTIER, LEBRUN, 1992; LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

2.2.1 Comunidade Europeia do Carvão e do Aço - CECA

Desse modo, por volta de 1950, durante a Guerra Fria, toda a Europa estava aflita, temendo uma possível ameaça de guerra, em função do conflito entre socialismo e capitalismo, ou ainda entre o Leste e Oeste Europeu, quando alguns países europeus sentiram a necessidade de encontrar soluções às dificuldades econômicas e sociais da época e criar condições favoráveis de paz permanente. (LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

Naquele período, acreditava-se provável que o início de uma terceira guerra mundial poderia se dar em função de áreas de carvão e aço. Sendo assim, o embaixador Jean Monnet propôs ao Ministro dos Negócios Estrangeiros franceses, Robert Schuman, e ao Chanceler alemão, Konrad Adenauer, a criação de acordo de gestão das reservas de carvão e aço, que seria gerido por uma entidade independente. (LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

Alguns países se mostraram interessados pela ideia. Então, em 09 de maio de 1950, o ministro francês Robert Schuman propôs oficialmente o projeto idealizado por Jean Monnet, que foi instituído através do Tratado de Paris, assinado em 18 de abril de 1952 pela França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. O tratado entrou em vigor em 23 de julho de 1952, com o surgimento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). (LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

Este foi o primeiro passo da integração europeia e da paz duradoura, que uniu pela primeira vez países antes rivais, no campo estratégico do carvão, do minério de ferro e aço, através de uma forma de cooperação internacional inteiramente nova, que desencadeou várias ações que levaram à formação da União Europeia. (LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

O Tratado que constituiu a CECA, também conhecido como plano “SCHUMAN”, deu origem a uma Comunidade, entidade que, apesar de possuir o controle das transações decorrentes do comércio do carvão, minério de ferro e aço, ainda era muito limitada. (LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

No entanto, foi deste tratado que se originou a essência de supranacionalidade que se desenvolveu no processo histórico da União Europeia, tendo em vista que a formação da

CECA estava inspirada no princípio de supranacionalidade, no momento em que concede direitos desta magnitude ao órgão gestor da CECA. (LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

Esta característica se torna mais visível, por este órgão gestor ser a Alta Autoridade comum, responsável pelo funcionamento de todo o regime da CECA, ao ser composto por personalidades independentes e designadas numa base igualitária pelos Estados, que é representada por um presidente comumente eleito. (LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

Esta autoridade comum possui todos os poderes necessários para assegurar a realização dos objetivos previstos pela CECA, com exceção do controle judicial e do poder de fiscalização política. Este órgão de alta autoridade comum fixava preços máximos e mínimos, estabelecia quotas de produção e de importação (a depender dos períodos de crises), controlava os acordos e as concentrações das empresas nos dois setores, verificava os reais benefícios alcançados pelos consumidores, concedia multas às empresas e outros atos necessários para que o tratado alcançasse os objetivos almejados. (LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

Ainda o Tratado concedia ao órgão gestor autoridade financeira, ao permitir que seus recursos não viessem dos Estados e sim de um imposto europeu, cuja taxa era calculada em função da produção siderúrgica e carbonífera. (STELZER, 2004)

Considera-se seu forte traço supranacional, pois os integrantes da Alta Autoridade não estavam comprometidos com quaisquer instruções dos governos nacionais e as suas decisões eram de execução obrigatória nos países membros. (LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

Desse modo, os países membros da CECA decidiram ampliar a integração na área econômica, e para isso idealizaram a criação de um mercado único europeu, desejando o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades econômicas, um elevado nível de emprego e de proteção social e o aumento do nível de solidariedade entre os estados. (LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

2.2.2 Do Mercado Comum Europeu à União Europeia

Este desejo de criação de um mercado único europeu surgiu através do tratado de Roma, em 25 de março de 1957, que instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), concedendo mecanismo de tomada de decisões que deram expressão aos interesses de nível nacionais, tanto quanto aqueles de nível comunitário. (LUIZ, 2001; STELZER, 2004)

No tratado de Roma foi estabelecida a proibição de práticas de discriminação entre o trabalho do homem e da mulher, que ficou conhecido com o lema “por trabalho igual, salário igual”. (LUIZ, 2001; STELZER,2004)

Estabeleceu que, entre 1958 e 1970, haveria a abolição de direitos aduaneiros entre os países membros da Comunidade Econômica Europeia (CEE). Com isto, o comércio intracomunitário se multiplicou por seis, enquanto as relações comerciais da CEE com o resto do mundo multiplicaram-se por três. Ainda, o produto nacional bruto médio da CEE aumentou 70%. Enquanto o mercado adaptava-se às novas condições de expansão econômica e de lucro, com o aumento da oferta de produtos europeus, os consumidores habituavam-se a uma gama cada vez maior de produtos importados da CEE. (LUIZ, 2001; STELZER,2004)

De acordo com o previsto no Tratado de Roma, a integração europeia seria realizada por etapas. Então, com a assinatura do Ato Único Europeu em 1986, buscava-se a criação de um mercado interno totalmente unificado, ao permitir a extinção de restrições, de ordem regulamentar e fiscal. Ele entrou em vigor a 1 de julho de 1987, instituindo a extensão das competências comunitárias, a introdução do voto por maioria qualificada e uma associação mais estreita do Parlamento Europeu ao processo decisório. (LUIZ, 2001; STELZER,2004)

O Ato Único Europeu deu um novo impulso ao mercado interno, permitiu que a comunidade europeia lançasse as bases de uma união econômica, monetária e política, possibilitando a criação de um sistema monetário europeu e uma moeda única. Com este, almejava-se o sentimento de pertencer a um bloco único, com a livre circulação de mercadorias. (LUIZ, 2001; STELZER,2004)

Logo, o tratado da União Europeia é consequência dos resultados alcançados principalmente com o Ato Único Europeu. O tratado da União Europeia foi assinado em Maastricht em 07 de fevereiro de 1992. A partir deste momento a integração regional deixou de ser conhecida como Comunidade Econômica Europeia e passou a ser denominada União Europeia. (LUIZ, 2001; STELZER,2004)

O tratado de Maastricht, que traçou a via da União Econômica e Monetária, lançando as bases de uma política externa europeia, afirmando a vontade de criar na Europa um espaço de livre circulação com segurança, possibilitou o processo de integração no plano político, estabeleceu mecanismos que reforçaram a posição da Europa na política internacional, reforçando sua coesão, assim como no domínio econômico, assegurando a estabilidade monetária e as vantagens do mercado único. (LUIZ, 2001; STELZER,2004)

Garantiu, ainda, novos direitos para os cidadãos, que passaram a possuir além da

cidadania nacional, também a europeia, introduziu uma política externa comum, construiu integração em novos domínios, como na política industrial, social, educacional, cultural, de infra-estrutura dos transportes, entre outros. (LUIZ, 2001; STELZER,2004)

Também, com o Tratado de Maastrich houve a integração econômica de fato, havendo a criação de uma moeda única que seria chamada de Euro. Além disso, a introdução do Euro possibilitou consequências econômicas, políticas e sociais no próprio bloco, como na comunidade mundial. Com a união monetária, com o Euro, a Europa pode unir forças e com uma moeda forte competir no meio financeiro internacional. (LUIZ, 2001; STELZER,2004)

Em janeiro de 1973 aconteceu o primeiro alargamento do bloco que se tornaria a União Europeia, com a adesão do Reino Unido, da Irlanda e da Dinamarca. Posteriormente, aderiram também a Grécia em 1981, a Espanha em 1986, Portugal em 1990, enquanto em 1995 aderiram também a Áustria, Finlândia e Suécia. (LUIZ, 2001; STELZER,2004)

No entanto, a União Europeia continuou avançando no processo de integração e o próximo passo se deu com o Tratado de Amsterdã, que alterou algumas disposições dos tratados anteriores a este e foram estabelecidas as regras *Schengen* de liberdade e movimentação. O novo tratado propunha construir uma Europa mais democrática e principalmente social, ao determinar: fazer do emprego e dos direitos dos cidadãos o ponto fundamental da união; suprimir os últimos obstáculos à livre circulação, reforçar a segurança; fazer com que a voz da Europa fosse melhor ouvida em todo o mundo; tornar mais eficaz a arquitetura institucional da União visando as próximas ampliações. (LUIZ, 2001; STELZER,2004; JUNQUEIRA, 2008; CARVALHO ETAL,1994)

Este tratado firmado em reunião do conselho europeu em Amsterdã, em junho de 1997, possibilitou a reconciliação de todo o continente europeu, com o alargamento da União Europeia, conferindo uma identidade renovada. (LUIZ, 2001; STELZER,2004; CARVALHO ETAL,1994)

Nesse longo processo de integração regional, a União Europeia cria instituições que têm o intuito de provocar uma união cada vez mais sólida. Mas estas instituições foram adquirindo maior responsabilidade e influência conforme o avanço desta integração. Elas se tornaram importantes pois são organismos específicos e independentes, que podem proporcionar e manter a harmonia entre os membros. São exemplos o Conselho Europeu, o Parlamento Europeu, o Conselho da Comunidade Europeia, conhecido como Conselho de Ministros, a comissão da CE. Ainda foi criado, após o Tratado de Maastricht, o tribunal de contas. (LUIZ, 2001; STELZER, 2004; CARVALHO ETAL,1994)

A União Europeia é a primeira experiência concreta, na história econômica,

política e social de um grupo de países em plena democracia e soberania optarem, politicamente, por uma união gradual e contínua. Logo os Estados e a própria União Europeia têm-se transformado tanto nos últimos anos, ao ponto de rever muitos dos seus papéis e modelos de atuação.

Pode-se perceber que, como consequência da Globalização, a Política Internacional seguiu avançando, representada pela integração de Estados em blocos econômicos e políticos que procuram unir forças, com objetivo de obter maior influência no cenário mundial, levando em consideração características e objetivos comuns, seja culturais, econômicos, políticos, ou características regionais. (MENEZES, PENNA FILHO, 2006)

Logo, a globalização é um dos fenômenos que precisam ser analisados para entender este atual contexto das relações internacionais e da política internacional. A globalização pode ser interpretada como um produto de expansão cada vez mais ampliado do capitalismo, marcada principalmente pela prevalência das economias de mercado após a Guerra Fria. (LADWIG, COSTA, 2009)

Segundo Friedman (2005), a globalização pode ser dividida em fases, em relação à velocidade de mudanças e transformações no cenário mundial. A Globalização 1.0 está relacionada aos acontecimentos de 1492 a 1800, e reduziu o mundo de grande para médio com a viagem de Colombo ao Novo Mundo, representando um desejo de expansão que inaugurou o comércio entre o novo e o velho mundo.

A Globalização 2.0, que abrange os anos de 1800 a 2000, reduziu o mundo de médio para pequeno, com a criação do motor a vapor, das ferrovias, do telégrafo, da telefonia, dos computadores, cabos de fibra ótica e o surgimento da internet, que proporcionou a queda no custo de transportes e de comunicação; outro fator importante foi a revolução industrial e o surgimento das empresas multinacionais. Esta segunda fase da globalização foi interrompida apenas pela grande depressão e pelas duas guerras mundiais. (FRIEDMAN, 2005)

A Globalização 3.0, que teve início por volta do ano 2000, reduziu o mundo de pequeno para minúsculo, e aplainou o terreno com o avanço na tecnologia de informação, representada pelo avanço da internet, criação dos softwares e a expansão econômica dos países em desenvolvimento, como China, Brasil, Índia e Rússia, e a influência desses países na economia mundial. Nesta última fase da globalização o mundo se tornou mais interligado e interdependente. (FRIEDMAN, 2005)

Neste processo os acontecimentos mais importantes para o avanço da globalização foram a queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, representando a libertação de

alguns povos pelo Império Soviético, dando abertura para a democracia e o livre mercado com a ascensão do capitalismo; a proliferação dos computadores, do Windows, da internet de alta velocidade que proporcionou conectividade e trabalho colaborativo global; onda de terceirização global, iniciada pelos indianos em vários setores, como os call centers, contábeis, financeiras, que prestam serviços principalmente para empresas americanas; e por fim, a internacionalização de empresas e as vantagens competitivas proporcionadas pela China e o baixo custo de produção. (FRIEDMAN, 2005)

Diante deste amplo conceito de globalização, seus efeitos são notórios na formação de uma ordem mundial. Estes efeitos vão desde o papel do Estado nacional, que aos poucos perde força, ao adotarem mecanismos para proteger pessoas e indústrias das ameaças da interdependência econômica. Outro efeito notório da globalização é o grande número de processos de integração entre as nações. (LADWIG, COSTA, 2009)

Atualmente a União Europeia é o processo de integração mais avançado, inclusive por ser a única e a primeira a criar instituições supranacionais. Este processo de integração europeu foi motivado pelo desejo de paz permanente e de promoção econômica. Enquanto outros, como os realizados entre países subdesenvolvidos, são motivados pela integração econômica, com o intuito de se fortalecer no cenário internacional e de poder competir neste. (LADWIG, COSTA, 2009)

Neste sentido destacam-se o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), entre outros. Nestes países existe uma forte tendência ao protecionismo econômico e preocupação com a segurança do bloco. (LADWIG, COSTA, 2009)

O MERCOSUL foi firmado pelo Tratado de Assunção, assinado pelos presidentes da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, que deu origem ao Mercado Comum do Sul em 1991. O principal objetivo desde acordo era incentivar as operações comerciais entre os Estados-Membros e consequentemente promover o desenvolvimento econômico na região. Desde a assinatura do acordo, as trocas comerciais no interior do bloco cresceram significativamente, bem como o comércio com outros países. Considera-se que a criação do Mercosul foi influenciada pelo sucesso obtido pela União Europeia, e o mesmo almeja uma integração do mesmo nível. (MENEZES, 2006)

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) surgiu em 1967, buscando promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da região, utilizando-se de programas cooperativos, garantindo a estabilidade política e econômica da região, bem como servindo como fórum de discussão das diferenças intra-regionais. São membros a

Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia. (BRASIL, 2011)

Outros blocos econômicos surgiram, como o NAFTA, que é um acordo firmado pelos Estados Unidos, México e Canadá, que foi estabelecido em 1994. Inicialmente promove uma redução nas tarifas alfandegárias entre os três países, no entanto tem o objetivo de promover a total liberação de barreiras alfandegárias entre os membros. Diferentemente da União Europeia, este bloco possui apenas interesses comerciais, sem pretensão de instituir uma integração da forma que é a União Europeia. (MENEZES, 2006)

Por outro lado, os países europeus desejam continuar avançando no processo de integração, enquanto esta nova realidade mundial desencadeia o interesse e desejo de mudanças, como a intenção de alteração no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, pois, nestes novos tempos, não mais os Estados Unidos são a única superpotência, haverá agora divisão iguais de poderes entre os Estados Unidos, China, Japão e União Europeia, e também a influência do Brasil, Índia e África do Sul. (OLIVEIRA et al, 2006; LADWIG, COSTA, 2009)

Então, sendo estas ondas de integração consequência da globalização, e este resultado do capitalismo, de modo que o capitalismo surgiu a partir do conceito de liberalismo/neoliberalismo, podemos recorrer ao pensamento idealista da tradição liberal para justificar o cenário atual, tendo em vista alguns temas de base desta ideologia, como valores universais, cooperação através do livre comércio, instituições democráticas e a liberdade do indivíduo. (LADWIG, COSTA, 2009)

Neste contexto, Immanuel Kant é um dos principais pensadores desta ideologia. Ele afirmou que nações republicanas, ao se relacionarem com outras nações republicanas, iriam, com o tempo, construir um ambiente pacífico. Enquanto as repúblicas seriam baseadas na liberdade dos indivíduos. (LADWIG, COSTA, 2009)

A visão do progresso humano baseado em Estados-nações democráticos nos moldes do liberalismo, que adotam o livre comércio e que se submetem a regras de instituições internacionais, foi o argumento principal da teoria liberal para as relações internacionais, de modo que facilitariam as relações cordiais entre os países. (LADWIG, COSTA, 2009)

Os liberais afirmam que os interesses comuns existentes, quando governados pela razão humana e por regras, podem gerar o progresso social. E que os Estados são racionais, buscam ganhos absolutos, são movidos pelo auto interesse e a cooperação. Nesse sentido, entendemos que a política internacional é análoga à política de mercado e que os Estados, racionais e egocêntricos, adotariam uma atitude cooperativa no cenário mundial, estando os

Estados racionais a escolherem sempre a melhor alternativa para todos. (LADWIG, COSTA,2009)

Logo, esta melhor alternativa de cooperação que possibilita ganhos e um cenário de paz, é a integração regional, que facilita uma integração de mercado e política, correspondendo àquilo idealizado pelo liberalismo/neoliberalismo, gerando assim o progresso social. (LADWIG, COSTA,2009)

3 CULTURA E POLÍTICAS DE PROMOÇÃO CULTURAL NA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA UNIÃO EUROPEIA

Para que se possam compreender melhor a formação dos povos e os próprios acontecimentos históricos da Europa que estão por trás do processo de integração europeu que possibilitou a paz duradoura ao instituir a União Europeia, assim como as políticas educacionais e políticas culturais adotadas por esta, torna-se importante entender os aspectos conceituais de cultura. Até porque foi a riqueza e diversidade cultural presente no continente europeu que influenciou o mundo com seus sistemas culturais e produtos oriundos desses durante muitos séculos, com as ideologias, religião, arte, idiomas, entre outros.

3.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DE CULTURA

De acordo com Karla Rosário Brumes (2011), a palavra cultura vem do latim *colere*, que significa cultivar, criar, tomar conta e cuidar. Observando o conceito oriundo da palavra em latim *colere*, percebemos que a palavra cultura é usada atualmente de forma a expressar ainda outros conceitos.

Pois, o conceito de cultura não foi sempre o mesmo. Durante a existência do homem se verificaram diferentes interpretações e usabilidades da palavra cultura, da qual o conceito foi sendo construído com o passar do tempo, tendo o significado alterado com as mudanças históricas da própria humanidade. (MORAIS, 1992)

Sendo assim, no sentido simples da palavra disponibilizado pelo minidicionário da Língua Portuguesa de Bueno (1996, p.60) cultura significa “desenvolvimento intelectual, saber, utilização de certos produtos naturais, instituições, costumes e valores de uma sociedade, cultivo.” Mas somente com o significado encontrado no dicionário não é possível compreender o conceito de cultura, para isso devemos verificar como esta se desenvolveu.

No século 18, o termo germânico *kultur* referia-se aos aspectos espirituais de uma comunidade, e a palavra *civilization* dizia respeito às realizações materiais de um povo. O antropólogo Edward Tylor (1832-1917) sintetizou tais termos no vocábulo inglês *culture*, passando o conceito de cultura a abranger “em uma só palavra todas as possibilidades de

realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à idéia de aquisição. (LARAIA, 2007)

Enquanto no Império Romano a palavra cultura era empregada em termos como “*Cultura juris*”, no sentido de elaboração de normas de conduta e de códigos para a avaliação destas; “*Cultura linguae*”; apontando para esforços de aperfeiçoamento do idioma; “*Cultura Litterarum*” que reforçava a importância da literatura; “*Cultura Scientiae*”, no sentido da aquisição de novos conhecimentos e experiências, “*Agri Cultura*”, no sentido de cuidar da terra. (MORAIS, 1992)

No entanto, o significado da palavra cultura existente no império romano se aperfeiçoou no período medieval, passou a representar o acesso aos estudos, no sentido de sabedoria, que na época era relacionado aos universitários e aos monges. Já no contexto renascentista, a palavra cultura estava relacionada com o tempo, no sentido de conhecer o passado “clássico”, com ênfase em falar e escrever bem. Enquanto no contexto enciclopédista, a cultura representava o ambicioso desejo de conhecimento. (MORAIS, 1992)

O sentido de cultura continuou se aperfeiçoando e, no século XIX, a palavra cultura alcançou um ponto de evolução que não perdeu por completo os termos e significados do passado, mas sim, evoluiu, passando a ser entendida como a forma de viver de um povo, representando os costumes vivenciados por este povo, a gastronomia, a língua, a religião, a história. (MORAIS, 1992)

Conforme verificamos nas palavras de Terry Eagleton(2003, p. 51-55):

É difícil escapar à conclusão de que a palavra “cultura” é ao mesmo tempo ampla demais e restrita para que seja de muita utilidade. Seu significado antropológico abrange tudo, desde estilos de penteado e hábitos de bebida até como dirigir a palavra ao primo em segundo grau de seu marido, ao passado que o sentido estético da palavra inclui. (...) De outro ponto de vista a cultura é o conhecimento implícito do mundo pela qual as pessoas negociam maneiras apropriadas de agir em contextos específicos.

Desse modo, com a evolução do conceito de cultura no século XIX ao passar a ser interpretada como o modo de vida, ampliaram-se as divergências, pois havia entendimentos e interpretações divergentes para uma determinada ação, em função dos povos terem desenvolvido histórias e características de forma distinta uns dos outros, baseados nas experiências do passado. Assim o indivíduo, que é resultado do meio cultural em que está inserido, herda o processo acumulativo de experiências e conhecimentos passados de geração em geração. (LARAIA, 2007)

Além disso, o conceito de cultura se desenvolve em meio ao determinismo

biológico e geográfico. Os antropólogos estão convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais, contrariando as teorias que atribuem capacidades específicas inatas a “raças” ou outros grupos humanos, pois a natureza dos homens é a mesma e são seus hábitos que os mantêm separados. (LARAIA, 2007)

Sobre o meio biológico afirmam que a espécie humana se diferencia anatomicamente e fisiologicamente. Para visualizar esta ideia, temos o exemplo de que essa diferenciação ocorre inclusive através do dimorfismo sexual, mas é falso que as diferenças de comportamento existentes entre pessoas de sexos diferentes sejam determinadas biologicamente. Comprovando que muitas atividades atribuídas às mulheres em uma cultura podem ser atribuídas aos homens em outra.

Sendo assim, o Determinismo Geográfico reforça a ideia de que o determinismo biológico não molda o indivíduo, mas sim, quem molda é o ambiente em que este está inserido, afirmando que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural. Explicando que as diferenças existentes entre os homens não são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente, mas pelas características culturais. (LARAIA, 2007)

Desse modo, segundo Roque de Barros Laraia(2007, p 11):

Se oferecêssemos aos homens a escolha de todos os costumes do mundo, aqueles que lhes parecessem melhores, eles examinariam a totalidade e acabariam preferindo os seus próprios costumes, tão convencidos estão de que estes são melhores do que todos os outros.

Estes costumes passados de geração para geração fazem parte da cultura de um povo, alterando-se ao longo do processo. Nesse sentido, isso leva o ser humano a ser capaz de questionar seus próprios hábitos e modificá-los, ampliando assim o conceito de cultura, que passa a não significar apenas o modo de vida de um indivíduo, levando a ser influenciada também pelas informações e identidades disponíveis no supermercado cultural global. Este termo “supermercado cultural global” representa o atual cenário mundial, que possui intensos fluxos de pessoas, de capital e ideias, possibilitando interações e contatos culturais entre os povos e nações, que cada vez mais se intensificam através do mundo. (MATHEWS, 2002)

Estes conceitos do modo de vida de um povo e de supermercado global, são consequências de duas forças opostas que moldam o cenário cultural global, com o Estado-Nação e o Mercado. Isto ocorre, pois a sociedade mundial está organizada em Estado-Nação e esta estrutura influencia o indivíduo através de seus mecanismos nacionais, que moldam culturalmente seus cidadãos, ao acreditarem que Estado e cidadão são uma coisa só dentro do modo de vida de um povo. (MATHEWS, 2002)

Enquanto as forças do Mercado, que são colocadas em prática através da globalização, com a facilidade de comunicação, de obtenção da informação e de locomoção, possibilitam que o “supermercado cultural global” influencie o conceito de cultura, por intermédio do supermercado material, que é aquele que provoca a troca de produtos do mundo para qualquer parte dele. Essas forças de influência do Estado e do mercado se amplificam com os meios de comunicação cada vez mais interligados. (MATHEWS, 2002)

Como vimos, o conceito da palavra cultura é muito amplo e é mutável. Então, visando entender como funciona essa mutação, devemos conhecer a teoria do construtivismo social, que abrange as relações sociais, tendo como entendimento que cultura é o modo de vida de um povo, e que neste mundo interligado com a globalização, os diferentes sistemas culturais se confrontam e conseqüentemente resultam em algo novo, em novas identidades culturais.

3.1.1 O Construtivismo Social

A cultura é muito mais que um conceito, ela é um processo que possibilita a criação de identidade, identidade cultural e nacional. Então, para que seja possível analisar o surgimento de uma identidade comum na União Europeia e as conseqüências desta no processo de integração regional, devemos entender a teoria do construtivismo social e conseqüentemente o conceito de identidade.

A teoria do construtivismo social surgiu da necessidade de explicar os produtos oriundos das relações sociais e as próprias relações sociais, que estão diretamente relacionadas com a cultura, afirmando que são estas relações sociais que nos dão forma e nos tornam o que somos. Esta teoria propõe uma visão da pessoa humana, do conhecimento, por ela construído, assim como dos costumes, ações, ideais, entre outros. (SMITH, 1997; GRANDESSO, 2006; RIBEIRO, 1998)

O construtivismo social parte do princípio de que as pessoas formam a sociedade e esta forma as pessoas, de modo que as forças que criam a sociedade são os agentes representados pelo indivíduo, que criam o mundo em que vivem. Este mundo construído sob influência dos agentes pode ser alterado, conforme a necessidade ou influência da outra força, as estruturas. Estas estruturas são os conjuntos de relações de transformação, organizadas como partes sociais, estando fora do tempo e espaço, e com ausência de agentes, ou seja, é o

ambiente social já formado pelos agentes, com suas características sociais, culturais, ideias e interesses. Então é possível afirmar que os agentes formam e influenciam as estruturas, e estas formam e influenciam os agentes. (SMITH, 1997; GRANDESSO, 2006; RIBEIRO, 1998)

Assim, o construtivismo social traz a ideia de que os indivíduos sendo os agentes, podem construir e transformar realidades sociais, incluindo a própria identidade nacional, que, conseqüentemente, através das relações sociais e culturais, influencia na formação e transformação de outras identidades nacionais presentes em âmbito internacional. (SMITH, 1997; GRANDESSO, 2006; RIBEIRO, 1998)

Isto ocorre porque os seres humanos são seres sociais e se formam através de suas relações sociais, de modo que estas relações formam as identidades e conseqüentemente os indivíduos, num processo cíclico, no qual os indivíduos influenciam a formação e perpetuação das identidades, e a sociedade ou nação na qual estão inseridos. Por outro lado, as identidades nacionais e culturais, e a sociedade e nação onde estão inseridos, influenciam a formação constante dos indivíduos. Esta interação conhecida como co-constituição é o que explica que as relações sociais são um forte elemento que forma as identidades. (SMITH, 1997; GRANDESSO, 2006)

Entendemos, com o construtivismo social, que as relações sociais juntamente com a identidade cultural e identidade nacional têm capacidade de moldar o indivíduo, sendo que as identidades fazem parte do indivíduo. As identidades contribuem para o sistema social do mundo ao mesmo tempo que as identidades são construídas neste processo. (SMITH, 1997; GRANDESSO, 2006; RIBEIRO, 1998)

Sendo assim, as relações sociais sofrem influências das identidades, mas não somente destas, sofrem também influência de interesses, de modo que estes resultam das identidades. Este interesse que é originado da identidade cultural e identidade nacional pode ser modificado conforme necessidades. (SMITH, 1997; GRANDESSO, 2006)

Os indivíduos são estabelecidos não apenas por identidades culturais e identidades nacionais, mas também em função dos conhecimentos e ideias, que podem ser conflitantes ou cooperativas. São considerados conflitantes quando as identidades divergem entre os indivíduos por causa de ideias e interesses divergentes entre eles. E é visto como cooperativo, quando os indivíduos baseiam-se na mesma identidade cultural e nacional, não existindo conflitos entre eles. Desse modo, as interações entre os agentes, que são os indivíduos, dão forma à estrutura social, de forma conflitiva ou cooperativa. (SMITH, 1997; GRANDESSO, 2006; OLIVEIRA, 1976)

A partir deste ponto, o construtivismo social pondera que as ações produzem e

reproduzem os conceitos do EU e do OUTRO. O que dá a entender que as identidades culturais, nacionais e interesses estão inclusos num meio de construção e reconstrução frequente, de modo que as identidades são construídas a partir da ligação com o outro e a criação de símbolos. A diferença e relação com o outro sucede com a formação e visualização das identidades do EU em detrimento das identidades do OUTRO, ou seja, este meio de relacionamento social é histórico e contínuo, podendo ser modificado. (SMITH, 1997; GRANDESSO, 2006; OLIVEIRA, 1976)

Os agentes, os indivíduos, têm possibilidades de participar das questões da sociedade, de uma condição social, em que existam leis, instituições e outros instrumentos. As estruturas representam esta condição social, sendo consideradas o conjunto de relações de transformações, organizadas como parte dos sistemas sociais. Assim, agente e estrutura constituem e transformam uns aos outros. Partindo deste entendimento do sistema social, acredita-se que as identidades e interesses têm possibilidades de mudança, ocasionando, assim, o entendimento de que o sistema internacional também é mutável. (HALL, 2006; OLIVEIRA, 1976)

Este conceito de que o sistema internacional pode ser modificado se apoia na premissa de estrutura, sabendo que esta também influencia no sistema social. A estrutura é dividida em grande estrutura e pequena estrutura. A pequena estrutura é a estrutura de interesse social no âmbito de um Estado, dos agentes e como eles percebem o mundo. A grande estrutura é formada pelo entendimento e visão do mundo a partir do sistema internacional, ou de uma estrutura que influencie no Estado por meio de mecanismos de interação social entre os Estados e não dentro destes, como é o caso da União Europeia. (GIDDENS, 2002; VILLAS-BOAS, 2002)

Buscando entender como esta pequena estrutura e grande estrutura influenciam nas identidades e nos indivíduos, e estes nas estruturas e no sistema internacional, estudaremos mais a fundo sobre identidade e identidade cultural e nacional.

3.1.2 Identidade

A identidade está interligada com a diferença entre o EU e o OUTRO; com o conjunto de símbolos próprios de uma religião, de um povo, de uma época; com o social em relação ao ambiente, no que se refere à sua construção e às interações entre os grupos e

indivíduos que o compõem. Desse modo, percebe-se que estando a identidade interligada a esses fatores, ela se origina também do sistema diferencial, que representa o EU versus o OUTRO, no qual, é possível que algumas relações de poder, não só entre indivíduos, sociedades, mas também entre Estados, influencie de formas desiguais as suas identidades, gerando a legitimação de alguns, em favorecimento de outras, podendo gerar posteriormente a exclusão e discriminação dos grupos minoritários. (HALL, 2006; GIDDENS, 2002)

Pode-se perceber, então, que a discriminação étnica e racial resulta destas diferenças de identidades, do EU versus o OUTRO. Esta diferença nas identidades ocorre por diferenças de questões simbólicas e de exclusão social. Neste cenário de diferenças simbólicas e de exclusão social é que entram os idiomas, que podem ser vistos como elementos deste sistema de diferenças que compõem a identidade. (HALL, 2006; GIDDENS, 2002)

No entanto, as identidades são construídas através de fatores culturais e sociais produzidos, não sendo algo de natureza dada, são produtos legitimados e acima de tudo imaginados.

No contexto mundial atual, a globalização é aquela que possibilita a construção de quadros de diferenças, garantindo a construção de várias identidades distintas entre si, permitindo também que identidades já constituídas sofram mutações, rompendo-se de características já definidas, constituindo novas identidades. E este quadro de diferenças e mutações que surgiu com a vinda da globalização representa o indivíduo pós-moderno, passando por constantes modificações e formações de identidades, pois sua identidade não é mais permanente, sendo resultado das diversas formas como representamos, interpretamos e imaginamos a nós mesmos e ao outro, o EU e o OUTRO. (HALL, SOVIK, 2003; GIDDENS, 2002; HALL, 2006)

Mas a construção de uma identidade é muito mais ampla e complexa que isto, pois ela também sofre influências de informações e objetos oriundos da história, instituições produtivas, da geografia, da memória coletiva, ou seja, significa que estamos inseridos numa cultura e numa identidade cultural e nacional que colabora na construção e mutação de identidade. (HALL, SOVIK, 2003; GIDDENS, 2002)

Estas informações e objetos são analisados pelos indivíduos, grupos e sociedades, e analisados e absorvidos por estes. Assim que absorvidas as informações e objetos, a identidade é formada, e conseqüentemente, esta fará parte do indivíduo. Dentro desta teoria, observar que quem constrói a identidade e para quem ela é construída determina em grande parte o conteúdo desta identidade e o significado que esta terá para o indivíduo que a absorve. (GIDDENS, 2002; OLIVEIRA, 1976)

Vale acrescentar que a construção da identidade a partir do campo social passa por relações de poder, pois é um processo de formação que sofre influência do sistema de poder existente entre indivíduo e sociedade. As relações de poder têm grande influência na criação de uma identidade, tendo em vista que é neste cenário de relações de poder que surgem as instituições dominantes em relação a grupos e atores sociais e que buscam através desta identidade fortalecer e legitimar seus domínios por estes indivíduos. (HALL, SOVIK, 2003; GIDDENS, 2002; OLIVEIRA, 1976)

As relações de poder influenciam através da adoção de uma constituição que tem poder sobre uma sociedade civil. Entende-se como uma sociedade civil aquela que proporciona interações e interpelações entre os indivíduos. Em contrapartida, estas sociedades, como resultado do processo de interação entre os indivíduos e destes com a sociedade, ficam cada vez mais ricas culturalmente, com a presença de multiculturas. Com esta explanação entendemos que a importância da cultura não está somente em determinar valores e normas para a sociedade, pois ela faz parte do processo de mutação da sociedade, do indivíduo, das identidades, da sociedade civil, das relações de poder. (HALL, SOVIK, 2003; GIDDENS, 2002; OLIVEIRA, 1976)

3.1.3 Identidade Cultural e Nacional

Para compreender melhor esta interação e interligação da cultura com a sociedade, com o indivíduo e as identidades, devemos analisar o conceito de identidade cultural e nacional, sendo que ambas estão interligadas.

A identidade cultural e nacional, assim como a identidade, são construídas, imaginadas, e não são de natureza dada. A identidade cultural ganha força com a internacionalização da cultura, principalmente nos dias de hoje, com as forças da globalização. Esta internacionalização de cultura só acontece em função da identificação que o indivíduo ou grupo tem com um determinado sistema cultural, com o sentimento de pertencimento deste sistema e da identidade cultural. (VILLA-BOAS, 2002; HALL, 2006)

Deste modo, a partir deste sentimento de pertencimento e do sistema cultural com os conjuntos simbólicos, surgem os mecanismos que fazem parte da identidade nacional. De tal modo, entende-se que a identidade cultural colabora para a construção dos indivíduos, e estes contribuem no processo de construção da identidade nacional, sendo as culturas

nacionais ou identidades culturais as principais fontes de formação da identidade nacional. (VILLA-BOAS, 2002; HALL, 2006)

A cultura nacional é aquela instituída num Estado-Nação, tendo poder de influência sobre o Estado, enquanto este Estado tem poder de influência sobre sua própria cultura nacional. Esta influência recíproca é constituída por símbolos culturais, como bandeiras, hinos, lemas, assim como pelas histórias, eventos, rituais, e outros meios que representam as experiências que dão sentido àquela nação, de mitos ou de um povo originário. Este sentido de nação se constitui em função da interação de conhecimentos entre os indivíduos do Estado-Nação. (VILLA-BOAS, 2002; HALL, 2006)

O conjunto de símbolos resultantes de uma determinada cultura são os principais meios formadores da identidade, principalmente a identidade nacional, que pode ser distinguida e identificada por estes símbolos próprios daquela nação, como bandeira, hino, hábitos, modo de governo, entre outros. Desse modo, a identidade cultural, utilizando-se da influência sobre o indivíduo, colabora para a formação da identidade nacional. (VILLA-BOAS, 2002; HALL, 2006; SILVA, 2000)

A identidade cultural é constituída com a união de diversas identidades e através da cultura nacional. Seguindo esta lógica, a identidade cultural forma a identidade nacional, sendo esta identidade nacional construída em parte pela identidade cultural. Desse modo a identidade nacional afirma-se na teoria de nacionalidade, pois é o nacionalismo que provoca ações e reações por meio dos indivíduos de uma determinada sociedade. Sendo a identidade nacional uma identidade construída, imaginada, ela se firma no preceito de nação, lembrando que uma nação é formada por diferentes identidades que, com as forças do nacionalismo, tendem à união e construção de uma identidade nacional comum. (VILLA-BOAS, 2002; HALL, 2006; SILVA, 2000)

Nesta concepção, Stuart Hall (2006, p. 12 e 13) exemplifica a interação cultural possibilitada com a globalização ao afirmar que:

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.

Este sujeito pós-moderno contextualizado por Hall é consequência da globalização, que coloca diferentes sistemas culturais e indivíduos em contatos constantes.

Desse modo a globalização, que provoca integrações regionais, facilita a comunicação e locomoção, podendo possibilitar que as identidades nacionais se sintam fragilizadas e ameaçadas, em função da facilidade de contatos com outras culturas, identidades culturais e nacionais. Sendo assim, estes acontecimentos podem gerar no interior de uma nação que já possui uma identidade cultural e nacional maciça, a resistência por parte de alguns indivíduos ou grupos que procuram reafirmar suas identidades. (VILLA-BOAS, 2002; HALL, 2006; SILVA, 2000)

Desse modo é comum que, num processo de integração regional, a tentativa de homogeneização cultural possa provocar resistências por parte dos Estados-Nações, que tomam esta atitude de defender e proteger as identidades nacionais às quais pertencem.

As culturas nacionais, com seus conjuntos de símbolos, originam e fortalecem o sentimento nacionalista, o nacionalismo. Os símbolos são expressos com bandeiras, hinos, lemas, entre outros. O nacionalismo, fortalecido pelos símbolos, possui forças para criar identidades e identidades nacionais, sem as quais qualquer indivíduo não conseguiria viver. Este sentimento de nacionalismo está ligado com o significado jurídico de nacionalismo ou nacionalidade, de modo que este remete, liga o indivíduo a alguma nação, grupo, ou sociedade, podendo acontecer por associação com pessoas, por associação a um território e por associação de cultura. (VILLA-BOAS, 2002; HALL, 2006; SILVA, 2000)

Na atualidade a globalização é uma força que tem capacidade para produzir e modificar identidades, possibilitando o deslocamento do indivíduo, ao romper com as características de alguma identidade, ao obter características de outra, ou criar novas identidades. (VILLA-BOAS, 2002; HALL, 2006; SILVA, 2000)

Estando a identidade nacional relacionada com nacionalismo, devemos considerar que este, no atual mundo globalizado, se revitalizou, colocando uma identidade cultural contra outra, lembrando que as identidades, assim como o nacionalismo, são construídas culturalmente. O termo nacionalismo passou a ter sentido com o surgimento do Estado-Nação, passando a representar e ser a identidade comum de um Estado-Nação. (VILLA-BOAS, 2002; HALL, 2006; SILVA, 2000)

No entanto, no mundo atual, este sentimento nacionalista pode ou não estar voltado à formação do Estado-Nação. Pois neste novo contexto, o nacionalismo visa à proteção dos indivíduos, ganhando status de identidade cultural e nacional independente, que influencia o convívio e formação dos indivíduos, pelo fato de se apegarem às identidades, como forma de perpetuação de seu grupo de pertencimento. (VILLA-BOAS, 2002; HALL, 2006; SILVA, 2000)

3.2 MULTICULTURALISMO E HIBRIDISMO

Sendo assim, neste mundo globalizado, onde o nacionalismo está presente e enraizado nos indivíduos, representando ligações com Estado-Nação, povo, cultura, história, sociedade, identidades, percebe-se que com a onda de integração regional, como a União Europeia, que é o modelo de integração mais avançado na atualidade, visualiza-se a necessidade de construção de uma identidade comum, para que o processo de integração continue avançando. Para isso utiliza-se o conceito de multiculturalismo, que iremos discutir a seguir.

Brevemente o multiculturalismo pode ser entendido como a tolerância e o respeito pela diversidade e as diferenças de identidades culturais, consequentemente de identidades nacionais. No entanto seu conceito é muito mais complexo que isto, partindo do princípio de que a teoria do construtivismo influencia na identidade e na identidade cultural e nacional, e que estas identidades, com a globalização, sofrem mais atrito.

Entendemos que a globalização mundial, principalmente com as revoluções tecnológicas nas áreas de comunicação e transporte, ampliasse o contato intercultural, impulsionado principalmente pelas novas exigências do capitalismo, como a necessidade intensa de adquirir conhecimento. (IORIS, 2007)

Com esse interculturalismo propiciado pela globalização, percebe-se o desejo de maior cooperação e interação entre os Estados, que pode ser idealizado com a instituição da União Europeia, das Organizações das Nações Unidas, do FMI, do Banco Mundial, entre outros. (IORIS, 2007)

Esses níveis de cooperação e de integração provocam o aprofundamento e adoção de fatores democráticos comuns, como livre associação, eleições democráticas, liberdade de expressão, respeito aos direitos humanos fundamentais, entre outros, estabelecendo assim maior nível de contato entre as nações. (IORIS, 2007)

Podemos argumentar que o multiculturalismo discute o problema da identidade e seu reconhecimento, estando interligado com o meio político e cultural. Nesse contexto percebe-se que a União Europeia, com seu nível de integração política, econômica, social e comercial pioneira, vivencia uma interação social intensa entre os grupos culturais. (IORIS, 2007; SEMPRINI, 1999)

Nesse novo cenário mundial como um todo, observa-se, especialmente na União Europeia, que o diálogo intercultural deve ser visto como o caminho para a construção de

metas e objetivos comuns. (IORIS, 2007)

Nesse contexto de relações culturais intensas entre os Estados membros da União Europeia, propiciadas pela integração regional e pela globalização, que é conhecida como interculturalismo, visa-se a adoção de práticas multiculturalistas, almejando a incorporação dos grupos culturais distintos dentro de uma mesma sociedade, sem que esse fato implique na eliminação do caráter distintivo de cada sistema cultural ou resulte em restrições ao acesso de cada grupo cultural à participação plena nos destinos da comunidade cultural ampliada. (IORIS, 2007)

Mas para que possamos compreender melhor o conceito de Multiculturalismo é necessário entender o significado de Multicultural, pois ambos são sinônimos. Multicultural é um termo que traduz as características sociais e os problemas de governabilidade vivenciados por qualquer sociedade em que haja diferentes sistemas culturais em um mesmo ambiente, e que tenta construir uma identidade, uma convivência comum. Ainda procura-se ao longo do processo manter algo de sua identidade original. Já o termo Multiculturalismo está relacionado às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar estes problemas de diversidade e multiplicidade ocasionados pelas sociedades multiculturais. (HALL, 2006)

O Conceito de Multiculturalismo é complexo, e está relacionado a mecanismos adotados entre os sistemas culturais, para regulamentar as questões de convivência intercultural e coletiva, como a série de programas e políticas de relacionamento entre grupos culturais distintos. (IORIS, 2007)

Um exemplo de políticas adotadas pelo multiculturalismo é justamente aquele que estamos estudando neste trabalho, as políticas culturais e educacionais na União Europeia, que é o mais avançado processo de integração existente e que busca com as políticas multiculturais criar um ambiente comum, uma identidade comum, de modo que a integração continue a progredir.

Sendo assim, existem diferentes Multiculturalismos, como o multiculturalismo liberal, o multiculturalismo pluralista, o multiculturalismo comercial, o multiculturalismo corporativo e o multiculturalismo crítico. Estes diferentes multiculturalismos partem do princípio visto anteriormente.

No entanto, o multiculturalismo liberal é aquele que busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível à sociedade majoritária, baseado em uma cidadania individual universal, tolerando certas práticas culturais particularistas apenas no domínio interno, enquanto o multiculturalismo pluralista, por sua vez, permite diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupo distintos a diferentes comunidades dentro de uma

ordem política comunitária ou comum. (HALL, 2006)

Por outro lado, o multiculturalismo comercial pressupõe que, se a disparidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos no ambiente interno, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos. O multiculturalismo corporativo, público ou privado, busca gerenciar as diferenças culturais da minoria, visando os interesses da maioria. O multiculturalismo crítico enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência. (HALL, 2006)

Desta maneira, é válido ressaltar, todos os tipos de multiculturalismo são colocados em prática respeitando as características de cada grupo cultural, sem provocar a exclusão de grupos culturais minoritários. Pois ao serem aplicados os ideais do multiculturalismo, as políticas multiculturais primeiramente visariam o estabelecimento de níveis de comunicação e diálogo através das fronteiras culturais, para possibilitar a construção de mecanismos que permitam o acesso à expressão dos diferentes grupos culturais na formulação das políticas que tratem de si e da sociedade ampliada. (IORIS, 2007)

O Multiculturalismo, portanto, é compreendido como consequência do contato intercultural, que rompe com as disposições pré-definidas, ao permitir a criação de uma sociedade ampliada e a participação das minorias nesta sociedade. Um exemplo de estados que almejam a criação de uma sociedade ampliada, sem sofrer perdas de seus sistemas culturais, é a União Europeia. (IORIS, 2007)

Desse modo pode-se afirmar, ainda, que o multiculturalismo é consequência de um conjunto variado de fenômenos sociais, que derivam da difícil convivência e/ou da vivência em um mesmo espaço social de pessoas que se relacionam com culturas diferentes. Esse cenário propicia divergências, não por haver diferentes culturas no mesmo meio, mas sim pelo fato de pessoas com diferentes culturas e com diferentes bagagens culturais conviverem em um mesmo espaço social. (CORTINA, 2005)

Nesse contexto, as sociedades multiculturais não são algo novo, já existem há muito tempo, bem antes da expansão europeia, sendo que foi a partir da expansão europeia, com a migração e os deslocamentos dos povos, que este fenômeno tem se intensificado, produzindo sociedades étnicas ou “culturalmente mistas”, muitas vezes naturalmente. (HALL, 2006)

Tendo entendido o conceito de Multiculturalismo e suas variações, devemos compreender os fenômenos que surgem com o interculturalismo, com os contatos entre os povos e culturas, sendo que estes fenômenos culturais têm se tornado mais intensos com a

globalização e com os processos de integração regionais.

Os fenômenos que surgem com as relações culturais são a aculturação, transculturação e o hibridismo. Ressalta-se que para o surgimento de uma comunidade multicultural o fenômeno explorado é o hibridismo.

Aculturação é a transferência de traços culturais de qualquer espécie, de forma direta ou indireta, num processo que não tem preocupação no estabelecimento de relações de subordinação entre a entidade doadora e a receptora, ou seja, indica os movimentos de altas tradições culturais e a expansão delas sobre complexos culturais mais atrasados. Significa que aquele que tiver o poder, material, cultural, em geral, terá influência sobre outro. Um exemplo disto é a implantação de indústrias modernas em áreas de populações atrasadas na história, sendo que a população atrasada absorve a cultura do outro. (RIBEIRO, 1998)

Segundo Vidal (2004), a transculturação é quando o indivíduo perde alguns objetos da cultura anterior para adoção de objetos provenientes da cultura original, ou há absorção de elementos externos de uma cultura modernizada.

Não vamos discutir muito os dois fenômenos acima, mas sim o Hibridismo, tendo em vista que, de certa forma, é este que provoca/promove/possibilita o Multiculturalismo. O termo hibridismo tem sido utilizado para caracterizar as culturas cada vez mais mistas e diaspóricas. Contudo, hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população, mas sim à lógica cultural. Esta lógica cultural, ambiente em que o hibridismo existe, é irregular. Este ambiente irregular é chamado modernidade, que tem afetado o mundo desde o início da globalização. (HALL, 2006; HALL, SOVIK, 2003; CANCLINI, 2008)

O fenômeno de hibridismo está fortemente vinculado à integração cultural, sendo resultado deste processo de integração colocado em prática com a globalização. De modo que essa maior integração entre culturas, em especial o processo de hibridação, é resultado da globalização, propiciada com a maior facilidade de viajar para outros países, através de fusões artísticas, literárias e comunicacionais. (CANCLINI, 2008; HALL, SOVIK, 2003)

Canclini(2008, p. 14) define hibridação como: “ processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”.

É um processo cultural, que unifica características culturais distintas em novas, causando de certa forma “misturas de culturas”. A hibridação não é representada como uma fusão que não tem contradições, mas sim, como aquela que pode contribuir na resolução de conflitos gerados no ambiente intercultural, como os resultantes do processo de integração regional. (CANCLINI, 2008; HALL, SOVIK, 2003)

Este processo de hibridação resultante dos contatos culturais é constituído em longo prazo e se divide em “ciclos de hibridação”, que se podem visualizar ao longo da história, onde se percebe a mutação de traços culturais distintos, para mais similares, resultando conseqüentemente, depois, em novos traços culturalmente distintos, sem que nenhuma destas formas possa ser interpretado como pura, ou plenamente homogênea. (CANCLINI, 2008; HALL, SOVIK, 2003)

Esses novos objetos, traços culturais, facilitados pelos movimentos globalizadores convertem-se e amplificam a capacidade de combiná-los e de desenvolvê-los em um sistema de multiculturalidade, respeitando as características de cada grupo cultural, sem provocar a exclusão de grupos culturais minoritários. (CANCLINI, 2008; HALL, SOVIK, 2003)

Muitas vezes, o processo de hibridação que funde estruturas ou práticas sociais discretas para gerar novas estruturas e novas práticas, acontece de modo não planejado, sendo, inclusive, provocado por processos migratórios, turísticos e de intercâmbio econômico ou comunicacional. Nas condições atuais de globalização, com ondas de integrações regionais, como a União Europeia, encontram-se, cada vez mais presentes processos de hibridação, associados às interculturalidades migratória, econômica e midiática. (CANCLINI, 2008; HALL, SOVIK, 2003)

A hibridação é processo de ligação que torna possível que a multiculturalidade evite a separação total e se converta em interculturalidade, por ser o hibridismo cultural visto como mistura de hábitos, crenças e forma de pensamento. (CANCLINI, 2008; HALL, SOVIK, 2003)

Sendo assim, sabendo que o hibridismo e o multiculturalismo estão de alguma forma interligados, devemos conhecer as políticas culturais e educacionais da União Europeia, que buscam criar um ambiente multicultural, utilizando-se de mecanismos de hibridismo e conseqüentemente multiculturais.

3.3 AS POLÍTICAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS DO BLOCO EUROPEU

A Europa existe com diferenças culturais marcadas por fatores linguísticos, regionais e de fronteiras nacionais. Nesse cenário surgiu a União Europeia, que almeja a criação de um sentimento e identidade comuns. Para alcançar esse objetivo é necessária a adoção de mecanismos que respeitem as diferenças culturais, e, para viabilizar este objetivo, a União Europeia desenvolveu programas que garantem cooperação interfronteiriça,

compreensão mútua, estimulam a criatividade e contribuem para o enriquecimento mútuo de todas as culturas, em benefício de todos os cidadãos europeus. (EUROPA, 2011g)

3.3.1 As políticas culturais do Bloco Europeu

A União Europeia, que leva em conta o conceito de hibridismo e multiculturalismo, garante a preservação das identidades culturais e nacionais dos Estados membros, buscando ao mesmo tempo a criação de uma identidade comum, e manifesta suas intenções através do artigo 128º do Tratado de Maastricht, de 1992, que abrange as políticas da União Europeia no campo cultural:

Artigo 128º

1. A Comunidade contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum.
 2. A ação da Comunidade tem por objetivo incentivar a cooperação entre Estados-membros e, se necessário, apoiar e completar a sua ação nos seguintes domínios:
 - melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus,
 - conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia,
 - intercâmbios culturais não comerciais,
 - criação artística e literária, incluindo o sector audiovisual.
 3. A Comunidade e os Estados-membros incentivarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da cultura, em especial com o Conselho da Europa.
 4. A Comunidade terá em conta os aspectos culturais na sua ação ao abrigo de outras disposições do presente Tratado.
 5. Para contribuir para a realização dos objetivos a que se refere o presente artigo, o Conselho adota:
 - deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 189º-B, e após consulta do Comité das Regiões, ações de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-membros.
- (EUROPA, 1992).

Através do exposto no Tratado de Maastricht percebe-se a promoção da diversidade cultural e a valorização da herança cultural comum no respeito pelo princípio da subsidiariedade. Sendo assim, como parte da sua política regional, a União Europeia ajuda a pagar escolas de música, salas de concertos e estúdios de gravação. Garante o “cultivo” de identidades culturais, ao exemplo de financiamentos, restauro de teatros históricos, como o Teatro del Liceu de Barcelona e o La Fenice de Veneza, que ficaram destruídos após incêndios. (EUROPA, 2011e).

Ainda a União Europeia propõe que os Governos dos Estados-Membros promovam o desenvolvimento cultural nas regiões menos favorecidas, ajudando-as a afirmar a sua identidade, e a atrair turistas e criar empregos em áreas como os serviços em meios de comunicação social. (EUROPA, 2011e).

A União Europeia, através da decisão n.º 1855/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, criou o Programa Cultura, que possui um orçamento de 400 milhões de euros por ano e está sendo aplicado desde 2007, abrangendo todas as atividades culturais não audiovisuais e tendo por objetivo a valorização de um espaço cultural comum aos europeus, propondo o fortalecimento de uma cidadania europeia, para promover a mobilidade transnacional das pessoas que trabalham no setor da cultura, de incentivar a circulação transnacional de obras e produções artísticas e culturais; fomentar o diálogo intercultural. (EUROPA, 2011e).

O Programa Cultura deseja promover a mobilidade transnacional das pessoas que trabalham no setor cultural; encorajar a circulação transnacional de produtos e trabalhos culturais e artísticos; encorajar o diálogo intercultural na Europa. Sendo assim, o programa está dividido em partes. Na primeira parte visualiza-se apoio de ações culturais, na segunda o apoio de organismos culturais de interesse europeu, e na terceira o apoio de atividades de análise e disseminação. (EUROPA, 2011g)

Na primeira parte o programa ajudará várias organizações culturais a trabalhar em conjunto para criar e implementar projetos culturais e artísticos. São algumas destas organizações, os teatros, museus, associações profissionais, centros de investigação, universidades, institutos culturais, autoridades públicas. Haverá o desenvolvimento de projetos de cooperação plurianuais, para desenvolver ligações culturais e transnacionais duradouras encorajando, no mínimo, seis operadoras culturais de, pelo menos, seis países diferentes para colaborar e desenvolver atividades culturais conjuntas. Ainda, esta primeira parte contará com medidas especiais que devem sensibilizar os cidadãos europeus a ajudar a promover um sentido de pertença e comunidade entre si. Algumas destas medidas especiais de grande visualização no ambiente europeu são as capitais europeias da cultura e a atribuição de prêmios para homenagear jovens talentos europeus. (EUROPA, 2011g)

Na segunda parte, o Programa Cultura oferece apoio de organismos culturais que trabalham ou pretendem trabalhar a nível europeu, oferecendo co-financiamentos das despesas dos programas de trabalho permanente dessas organizações. As instituições, para ser contempladas, devem desenvolver atividades em pelo menos sete países membros, como promover intercâmbios entre organizações culturais em diferentes países europeus, identificar

as necessidades da comunidade artística europeia, agir como ponto de ligação entre o setor e as instituições da União Europeia, participar no debate de questões culturais na Europa. (EUROPA,2011g)

Na terceira parte do programa Cultura é notável o apoio de atividades de análise e disseminação, que propõem maximizar as vantagens dos vários projetos e ações. Nesta fase, as atividades de análise e disseminação promovem pontos de contatos culturais em todas os países participantes, os quais promoverão o programa Cultura para os participantes e cidadãos da comunidade europeia. (EUROPA,2011g)

O evento Capital da Cultura, que consta na primeira parte, pretende destacar a grande diversidade da cultura europeia sem esquecer os valores comuns. Com este programa, todos os anos são selecionadas uma ou duas cidades como capitais culturais da Europa, podendo se beneficiar do apoio concedido no âmbito do Programa Cultura. Neste há exposições e outras ações que ponham em evidência o património cultural da cidade e da região. As políticas culturais manifestam-se em muitas outras áreas políticas da União Europeia, como a educação, com a aprendizagem de línguas, a investigação científica, o apoio às tecnologias da informação e da comunicação e o desenvolvimento social e regional. (EUROPA, 2011e).

3.3.2 As políticas educacionais do Bloco Europeu

A União Europeia, procurando uma maior integração cultural, e interessada em transformar a comunidade europeia em multicultural, utiliza-se de políticas educacionais para colocar um sistema cultural em contato com outro, baseando-se numa estratégia que questione os sistemas educativos nacionais, levando em consideração as características próprias dos países europeus e o multiculturalismo. (VALENTE, 2011).

A intenção dos Estados-Membros em transformar a comunidade europeia em multicultural pode ser percebida através do conteúdo do artigo 126º do Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht:

Artigo 126º:

1. A Comunidade contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, incentivando a cooperação entre Estados-membros e, se necessário, apoiando e completando a sua ação, respeitando integralmente a responsabilidade

dos Estados-membros pelo conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como a sua diversidade cultural e linguística.

2. A ação da Comunidade tem por objetivo:

- desenvolver a dimensão europeia na educação, nomeadamente através da aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados-membros;
- incentivar a mobilidade dos estudantes e dos professores, nomeadamente através do incentivo ao reconhecimento académico de diplomas e períodos de estudo;
- promover a cooperação entre estabelecimentos de ensino;
- desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas educativos dos Estados-membros;
- incentivar o desenvolvimento do intercâmbio de jovens e animadores socioeducativos;
- estimular o desenvolvimento da educação à distância.

3. A Comunidade e os Estados-membros incentivarão a cooperação com países terceiros e com as organizações internacionais competentes em matéria de educação, especialmente com o Conselho da Europa.

4. Para contribuir para a realização dos objetivos a que se refere o presente artigo, o Conselho adota:

- deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 189o-B, e após consulta do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões, ações de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-membros;
 - deliberando por maioria qualificada, sobre proposta da Comissão, recomendações.
- (EUROPA, 1992)

Desse modo, com as políticas educacionais, que podem ser consideradas uma extensão das políticas culturais, a União Europeia procura provocar contatos culturais, para que os indivíduos possam conhecer as outras identidades europeias.

No ambiente educacional, este desejo é idealizado, conforme o estabelecido no tratado, através do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, que com um orçamento de sete bilhões de euros para entre 2007 e 2013, financia várias ações, como intercâmbios, visitas de estudo e atividades em redes. (COMISSÃO EUROPEIA, 2011a).

Este programa subdivide-se em Comenius, Erasmus, Leonardo da Vinci e Grundtvig. O Comenius é voltado para as escolas, o Erasmus é destinado para o Ensino Superior. Já o Leonardo da Vinci é destinado para a educação e formação profissional e o Grundtvig para a educação de adultos. (COMISSÃO EUROPEIA, 2011a).

Ainda, existem outros projetos que são importantes para todos os níveis de ensino, como a aprendizagem de línguas, tecnologia da informação e comunicação, cooperação política. Além disso, o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida inclui ações que estimulam reflexão e debate sobre o ensino de integração europeia. O Comenius e o Erasmus pretendem alcançar cada um três milhões de participantes, o Leonardo da Vinci pretende aumentar estágios em empresas para 80000 participantes por ano. Já o Grundtvig propõe apoiar a mobilidade de 7000 pessoas até 2013. (COMISSÃO EUROPEIA, 2011a).

O Comenius quer que os alunos e corpo docente entendam melhor as várias

culturas europeias, línguas e valores, abordando questões fortemente relacionadas às discussões atuais e evolução política da escola, destinando-se a melhorar e aumentar a mobilidade de alunos e professores em toda a comunidade europeia, assim como melhorar e ampliar as parcerias entre escolas de diferentes Estados-Membros. Também pretende incentivar a aprendizagem de línguas e melhorar a qualificação dos professores, alcançando as abordagens pedagógicas e a gestão escolar. (COMISSÃO EUROPEIA, 2011b).

O Erasmus, um dos mais bem sucedidos programas da União Europeia, atende em média 200 000 alunos, para que possam estudar e trabalhar no exterior a cada ano. Além disso, financia a cooperação entre as instituições de ensino superior na Europa. O programa não só apoia estudantes, mas também professores e funcionários que querem lecionar no estrangeiro, bem como ajuda o pessoal da universidade para receber treinamento. Este programa tem a intenção de que o aluno enriqueça na área acadêmica e profissional, assim como melhore a aprendizagem, as competências interculturais, a autoconfiança e autoconhecimento, proporcionando aos alunos uma melhor noção do que significa ser um cidadão europeu. Lembrando que ainda é possível realizar intercâmbios que resultam nos mesmos efeitos benéficos. (COMISSÃO EUROPEIA, 2011c).

O Programa Leonardo da Vinci propõe iniciativas que propiciam aos cidadãos trabalharem no exterior e realizarem a cooperação com outro Estados-Membros, através de Intercâmbio, adquirindo novas experiências, conhecimentos e qualificações. (COMISSÃO EUROPEIA, 2011d).

Já o Grundtvig tem o objetivo de oferecer aos adultos métodos de aperfeiçoar seus conhecimentos e habilidades, colaborando com o desenvolvimento pessoal, aumentando a perspectiva de emprego, abrangendo não só os professores, mas também os alunos na educação de adultos, financiando uma série de atividades, que apoiam a aprendizagem de adultos, através de viagens ao exterior para adquirir experiências, por meio de intercâmbios. Tem como principais objetivos aumentar o número de pessoas na educação de adultos para 25 000 em 2013, e melhorar a qualidade de sua experiência, seja em casa ou no estrangeiro; melhorar as condições de mobilidade, de modo que pelo menos 7 000 pessoas por ano até 2013 possam beneficiar a educação de adultos no exterior; melhorar a qualidade e a quantidade de cooperação entre as organizações de educação de adultos; desenvolver a educação de adultos e práticas inovadoras de gestão, e incentivar a aplicação generalizada; garantir que as pessoas à margem da sociedade tenham acesso à educação de adultos, sobretudo os idosos e aqueles que abandonaram o ensino sem qualificações de base. (COMISSÃO EUROPEIA, 2011e).

Tendo entendido as intenções da União Europeia com as políticas culturais e educacionais do bloco, colocadas em práticas através de mecanismos de hibridismo que visam à criação de uma comunidade multicultural, devemos conhecer e compreender melhor o caso de integração europeu, assim como as dificuldades que a União Europeia está vivendo com a crise econômica mundial e suas consequências no processo de integração.

4 O LUGAR DA UNIÃO EUROPEIA NO MUNDO

4.1 DESAFIOS DA UNIÃO EUROPEIA NO NOVO CENÁRIO MUNDIAL

Sabendo que a Europa conseguiu a paz duradoura com o processo de integração regional, que resultou na União Europeia, e que esta é de certa forma consequência da globalização, é importante ressaltar que com o mundo estando cada vez mais globalizado, vivemos em sociedades que se transformam rapidamente e que são cada vez mais multiculturais, num processo que não cessa de se acentuar, pois a cultura é uma elaboração comunitária mediante a qual os indivíduos se reconhecem, se auto-representam e encontram significações comuns ao mundo que os rodeia, lembrando que a produção social da cultura tem suas fontes em âmbitos históricos. (SIDEKUM)

De tal modo, estes significados comuns estão diretamente ligados aos costumes, tradições, ideias e cultura de um povo. De forma que, conseqüentemente, estes significados comuns se fortaleçam, estando principalmente relacionados com os grandes acontecimentos históricos dos povos.

Dentre estes pontos marcantes, destacam-se os grandes movimentos do Estado-Nação que se expandiram pelo mundo, proporcionando que a cultura adquirisse um papel “de cimento construtivo” tendente a homogeneizar os traços de cada população, constituindo, assim um recurso fundamental do Estado para lograr a coesão da Nação, buscando compartilhar um mesmo padrão cultural, criando um nivelamento mundial, ao propor, de certa maneira, uma “igualdade” entre os povos. (SIDEKUM)

Partindo da ideia do nacionalismo e desta “igualdade” entre os povos, entendemos que o nacionalismo tem poder de influencia em uma cultura, e nos indivíduos desta. Visualizamos que a globalização, principalmente, com as novas tecnologias de informação, conectou, como nunca, comunidades e organizações além das fronteiras nacionais, possibilitando que milhões de pessoas em todo o mundo pudessem interagir entre si, confrontando de algum modo o sentido de pertença a uma determinada sociedade. Lembrando que uma sociedade é vinculada a um idioma, uma história e um destino comum, e que este confronto entre os ideais nacionalistas e outras culturas provoca “novas combinações do espaço/tempo, fazendo de um mundo uma realidade e uma experiência mais interconectada” (SIDEKUM)

Com estas várias facilidades e maneiras de contato e as consequências deste choque de identidades culturais e nacionais, abriu-se um complexo processo de reconfiguração das identidades culturais e nacionais, que por ora se manifestam como identidades híbridas, fragmentadas e transitórias, que favorecem o encontro e a fusão das identidades culturais tradicionais com manifestações emanadas do processo da globalização. (SIDEKUM)

A União Europeia, mesmo sendo uma comunidade restrita aos seus Estados-Membros, não está imune aos acontecimentos e influências da globalização. Ela pode, ao estabelecer esta união e ligação entre os países membros, tentar limitar influências externas, e até promover as culturas internas. Mas o processo de integração regional não pode impedir os efeitos da globalização ao bloco europeu.

Sendo assim, sabendo que a identidade de um grupo social é constantemente construída e reconstruída, “negociada” num processo de interação social, sendo o hábito que estrutura a construção da identidade por meio da interação cotidiana, sabendo que dentro de um quadro sociocultural específico, a construção de uma identidade provê aos indivíduos e à coletividade certa autopercepção, um sentido de pertencimento, entendemos que a União Europeia com as políticas culturais e educacionais possibilita esta interação social e promove um ambiente multicultural. (SIDEKUM)

O multiculturalismo é defendido pela União Europeia. Entretanto, é natural que com os contatos culturais oriundos das políticas multiculturais surjam movimentos xenófobos e de resistência a etnias e culturas diferentes dentro da União Europeia, tendo em vista que estas políticas multiculturais colocam identidades culturais e nacionais diferentes num mesmo ambiente.

Com o multiculturalismo surgem essas forças de resistência, num primeiro momento, enquanto a longo prazo tende a gerar estabilidade para o processo de unificação e integração.

No entanto, estas diferenças culturais e nacionais se tornam mais intensas em momentos difíceis, como aquele vivenciado atualmente com a crise econômica mundial. Mas, juntamente com a crise econômica, a União Europeia possui outros desafios que devem ser vistos com atenção neste novo cenário mundial.

Ressaltamos, conforme Silva(2000, p. 39) que: “Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. ”

Dentre estes desafios consequentes das diferenças, destacam-se aqueles internos

dos Estados Nacionais e da própria integração regional, como os altos gastos sociais e o envelhecimento da população, de modo que se consideram estes altos gastos sociais um reflexo do envelhecimento da população europeia, agravando a situação econômica da Europa atual.

Com a agravação deste problema causado pela crise econômica na União Europeia, em alguns países membros foi perceptível o fortalecimento do sentimento de nacionalismo.

Para que seja possível entender as divergências internas e a ênfase do nacionalismo neste momento, devemos compreender como é composta a política social europeia e consequentemente os altos gastos sociais.

Partimos da ideia de que os altos gastos sociais são consequência da política social, que se caracteriza como aquela que visa a um patamar mínimo de bem-estar econômico e a uma vida de acordo com os padrões sociais medianos. Esta necessidade de garantia de bem estar social, de proteção social, surgiu para regular as condições de trabalho e reduzir a miséria que estava vinculada ao processo de industrialização e à ruptura das relações feudais tradicionais, que aconteceram na Europa no século XIX. A Proteção Social se tornava importante na época, pois no feudalismo a pobreza não era considerada um problema, e, até certo nível, era vista como uma forma de incentivar o trabalho, garantindo a subordinação dos indivíduos. (CAMPOS, 2002)

O estado do bem estar social está relacionado entre indivíduos e Estado. Estes altos gastos sociais são resultados destas políticas de bem estar social, que estão ligadas às políticas sociais dos Estados nacionais e têm relação com a noção de cidadania. Após a criação do Estado e de cidadania, esta se desenvolveu em três partes: civil, política e social. Os direitos civis estão relacionados com os acontecimentos dos Estados liberais do século XVIII, enquanto os direitos políticos surgiram, como consequência do anterior, no século XIX. Logo, os direitos sociais passaram a existir no século XX, como consequência da participação política na sociedade democrática. (CAMPOS, 2002)

Posteriormente, com a queda do feudalismo e com o surgimento do Estado moderno, que era consequência do liberalismo, passou a ser defendida pela burguesia a igualdade formal. No entanto, num primeiro momento, no início do processo de industrialização, o indivíduo enquadrado como miserável era culpado por estar nessa situação e não tinha o direito de receber assistência social. (CAMPOS, 2002)

No entanto a consolidação dos direitos políticos no século XIX possibilitou que os direitos sociais se incorporassem ao conceito de cidadania, tornando o Estado responsável por

fornecer as condições mínimas de sobrevivência a todos os cidadãos. Enquanto o conceito de cidadania comumente é associado à ideia de nacionalidade, de pertencimento de uma pessoa a um povo, a nacionalidade corresponde à ideia de ligação de uma pessoa a um Estado. Então, a cidadania diz respeito ao conteúdo desta relação, ao conjunto de direitos e deveres que decorrem daquela ligação, ou ao estatuto que regulamenta a participação deste indivíduo na sociedade. (CAMPOS, 2002)

Desse modo, os altos gastos sociais na união europeia são uma consequência da política do bem estar social, que evoluiu em etapas ao longo da história, a primeira sob influência direta do liberalismo até a grande crise de 1929/1932. Posteriormente, com influências do fordismo até os anos de 1970, e do neoliberalismo, que representa uma estagnação econômica a partir da crise de 1973/1974. (BEHRING, 2011)

A influência liberal baseia-se no desejo natural do indivíduo de melhorar as condições de existência, impulsionado por si mesmo, desejando uma melhora do bem-estar coletivo. Neste momento o indivíduo é conduzido por uma “mão invisível”, pelo mercado, que se firma nas leis naturais da economia, onde o Estado apenas regulamenta e o mercado evolui por si só. (BEHRING, 2011)

Com o passar do tempo, houve o enfraquecimento das bases teóricas que sustentam os argumentos liberais ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX. Estes enfraquecimentos resultarão de alguns processos políticos e econômicos, como o crescente movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos importantes e levou ao reconhecimento de direitos de cidadania política e social, como de seguros sociais e legislações de acidentes de trabalho. (BEHRING, 2011)

A crise econômica de 1929/1932, também conhecida como Grande Depressão, que foi a maior crise econômica do capitalismo até então, se iniciou no sistema financeiro americano em 24 de outubro de 1929, com o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova Iorque, que se alastrou pelo mundo e reduziu o comércio mundial a um terço do que era. Foi a partir deste momento que as teorias do liberalismo econômico, reforçadas pela teoria de forças naturais, foram repensadas, percebendo-se os limites do mercado. (BEHRING, 2011)

Foi quando se percebeu que o mercado não necessariamente provoca harmonia entre a economia e o bem-estar social, levando, de certa forma, a idealizar o neoliberalismo, partindo do princípio de que o Estado tem legitimidade para intervir por meio de medidas econômicas e sociais, para gerar demanda efetiva, para garantir os investimentos investidos enquanto contrai déficit público. Esta lógica está apoiada na lei da demanda e da oferta, que a falta de demanda pode gerar situação de crise, onde há insuficiência de demanda efetiva,

gerando desemprego. (BEHRING, 2011)

Essa intervenção estatal também acontece através das políticas sociais, que garantem, de certo modo, os direitos sociais, e a demanda efetiva. Contudo, o desenvolvimento de tecnologias, que resultaram na diminuição da demanda por mão-de-obra, geraram aumento das dívidas públicas, que dificultaram a possibilidade do pleno emprego, causado pelo aumento do índice de desemprego. (BEHRING, 2011)

Nesse contexto, foi ainda no Tratado de Roma que ficou instituída a livre circulação dos trabalhadores, assim como de serviços e de capitais no bloco europeu. Como consequência, também foi incorporada a seguridade social no tratado, para viabilizar a livre circulação de pessoas. (CAMPOS, 2002)

As contradições existentes entre avanços de competitividade e benefícios sociais se amplificaram com a livre circulação de pessoas dentro do bloco, ao constituir um complexo mercado de trabalho, num cenário onde a igualdade nas condições de trabalho entre países membros diverge, ao possuir níveis diferenciados de desenvolvimento tecnológico, assim como de diferentes conquistas trabalhistas por parte dos indivíduos. (CAMPOS, 2002)

Considera-se assim a política do bem estar social e a cidadania social frutos do liberalismo. Por outro lado, num momento de crise econômica, percebe-se o esgotamento do modelo de expansão capitalista que promoveu a política econômica do Bem-Estar Social, sendo que diferentes ondas ideológicas, inclusive à esquerda, avaliam que, a partir de um dado momento, o gasto social efetuado pelas políticas assistencialistas prejudica a capacidade de crescimento do capitalismo, expondo uma falha do sistema. (CAMPOS, 2002)

Desse modo, passa a ser vista como uma mediação entre economia e bem estar social, que surgiu como resultado de lutas históricas de classes, em contradição com o desejo de acúmulo de riquezas, de lucro, alcançada principalmente com a exploração do funcionário. As políticas sociais podem ser vistas, também, como resultado de relação entre Estado e sociedade cível, onde o Estado teve que garantir as reivindicações de lutas de classe social, que surgiram juntamente com o capitalismo. (BEHRING, 2011)

A política social resulta de um processo econômico, político e cultural. Entretanto, na atualidade contemporânea, esta política do bem estar social se depara com o contexto do neoliberalismo, que indica mudanças neste cenário, em função da “desorganização” do capitalismo. Com o capitalismo, percebe-se mudança do antigo regime social, para novos formatos, e coberturas da política social. (BEHRING, 2011)

Sendo assim, as políticas sociais são um processo elástico, em que, no período de expansão econômico, a margem de negociação se amplia, enquanto na recessão econômica

ela se restringe. (BEHRING, 2011)

Outro fator que auxilia no aumento dos gastos sociais, é a baixa taxa de fertilidade, juntamente com o evidente envelhecimento da população. Esta realidade tem contribuído com custos sociais, em função da diminuição de contribuições sociais, em relação ao aumento do número de pessoas beneficiadas. (PERREIRA, 2009)

No cenário global, onde se observam novas exigências econômicas e sociais provenientes da globalização, ocasionam-se, por toda a Europa, alterações econômicas, demográficas, sociais e laborais, desencadeadas por concorrência comercial global, internacionalização financeira, alto desenvolvimento tecnológico. Estas transformações de nível global estabelecem mudanças no modelo de equilíbrio social, tornando-se mais custoso para o Estado garantir o pleno emprego, a proteção social, a sustentabilidade econômica e a diminuição da exclusão social. (PERREIRA, 2009)

Ainda, em âmbito global, houve a abertura progressiva de fronteiras econômicas e financeiras com a união dos mercados financeiros e da concorrência comercial, facilitadas pelo desenvolvimento tecnológico de informação e comunicação, que propiciaram mão de obra mais barata e de mesma qualificação em outros países, contribuindo ainda mais para a dificuldade de custo da política social no âmbito europeu. (PERREIRA, 2011)

Além disso, as taxas de fertilidade estão muito abaixo do índice necessário para manter uma população constante, possibilitando projeções que indicam a diminuição da população europeia a partir de 2020. Estas características deixam claro que, se não forem adotadas medidas para solucionar o problema do déficit social, não será possível financiá-lo. (PERREIRA, 2011)

Mesmo com a União Europeia adotando o sistema de repartição dos gastos sociais, a evolução com gastos em benefícios de aposentadoria, desemprego e saúde se tornará insustentável, mesmo que atualmente, em função deste acordo de repartição, se possa sustentar-se. (PERREIRA, 2011)

Tendo em vista que o envelhecimento da população é um problema de toda a União Europeia, mesmo que com a maior parte dos Estados membros tendo uma população mais jovem, em razão de taxas de fertilidade mais acentuadas nos anos de 1970 e 1980, esta dificuldade tende a se intensificar com a integração regional a longo prazo, por acelerar esta tendência, tendo em vista que a maior parte dos países possui baixos níveis de fertilidade. (COMISSÃO EUROPEIA, 2011f)

Antes mesmo da atual crise econômica mundial, que surgiu em 2008, os sistemas sociais já sofriam críticas em função dos altos gastos públicos. No entanto, esta crise mudou a

forma como o Estado e o mercado viam este problema, tendo em vista que estas políticas sociais são vistas, cada vez mais, como forma de conter a crise e estabilizar a economia, por garantir demanda efetiva, através de benefícios sociais, que apenas evitam que o número de pessoas pobres aumente. (ECHEVERRÍA, 2011)

Estas políticas sociais se mostram como mecanismos de garantir o sistema capitalista, representando ainda um Estado forte, contrariando a ideia de que o mercado consiga se regular por si mesmo. (ECHEVERRÍA, 2011)

Esta nova crise econômica que fez surgir a estabilização de um Estado forte, surgiu em 2008 nos Estados Unidos, como consequência da turbulência no mercado hipotecário americano, que gerou uma grande bolha imobiliária. Esta bolha estourou em função do grande aumento da dívida familiar, pois as famílias precisaram fazer cortes no orçamento para honrar as obrigações. Em contrapartida, com estes cortes, deixaram de consumir, levando à diminuição da demanda, causando demissões e assim sucessivamente. (DIEESE,2011)

Então, desde a crise de 2008, a Europa vem sofrendo com crises econômicas, políticas e sociais, que apontam para uma crise conjunta da União Europeia, que já se percebe pelas dificuldades observadas na Grécia, na Irlanda e em Portugal. Desse modo a crise econômica desencadeou impactos sociais negativos, como a criação de empregos de baixa qualidade, aumento da desigualdade de renda e a queda dos rendimentos salariais. Com essa crise, a economia dos países desenvolvidos foi prejudicada, de modo que passaram a exportar menos produtos e, em contrapartida, a União Europeia passou a adquirir mais bens industrializados dos países asiáticos. (DIEESE,2011; FERNANDINO, 2011)

Com isso, a crise causou uma mutação na economia internacional, havendo uma intensa reestruturação de comércio e produção mundial, em que os países em desenvolvimento e principalmente a China ganham destaque no cenário global, atraindo investimentos externos, em vista de ter o mercado em plena expansão. (DIEESE,2011)

Nesse cenário de crise econômica global, a União Europeia se encontra com altos gastos públicos, alavancados pelas políticas sociais, principalmente previdenciárias, sendo um dos principais entraves para a recuperação da sua economia.

Também neste cenário, destacam-se os mecanismos adotados pelos países para conter a crise, principalmente no âmbito nacional, sendo que a União Europeia está numa posição desprivilegiada, em função das instituições supranacionais adotadas pelo bloco aumentarem a interdependência entre os países membros, que dificultam a adoção de medidas efetivas para a crise, em função principalmente de divergências políticas. (DIEESE,2011)

Na União Europeia, a partir de 2009 observaram-se as disparidades internas, onde as políticas fiscais foram adotadas como a melhor solução por cada Estado nacional, o que desencadeou resultados diferenciados em cada país, observando-se que na Alemanha, Holanda, Dinamarca e Suécia essas medidas têm apresentado melhores resultados. Enquanto em outros países, como Irlanda, Portugal, Grécia, Bulgária, Romênia e Lituânia se encontraram dificuldades na implantação desta política, em função de algumas destas nações terem sofrido intervenção de instituições como o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. Em contrapartida, ainda, outros países da União Europeia, como Reino Unido, Espanha e Itália têm sofrido críticas, por estarem no limite da dívida pública, e por apresentarem a possibilidade de necessidade de ajuda externa, como do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu. (DIEESE,2011)

Esta realidade europeia se torna tão desafiadora, principalmente pelos Estados do bloco não terem autonomia sobre políticas cambiais e monetárias, que foram delegadas à instituição supranacional da União Europeia, o Banco Central Europeu. Em consequência, apesar dos Estados nacionais terem toda autonomia nas políticas fiscais, ficam sujeitos às decisões cambiais e monetárias impostas pelo Banco Central Europeu, de modo que não podem alterar a taxa de câmbio para conseguir melhor termo de troca com seus parceiros comerciais, viabilizando uma recuperação econômica das exportações. (DIEESE,2011)

Os novos índices de recessão na União Europeia colocam em discussão até que ponto se torna vantajosa a manutenção de uma moeda única, idealizada com o euro. Neste momento, não se torna interessante que estes países compartilhem os prejuízos e ganhos do conjunto, proporcionados pelo nível de integração do bloco europeu, construída com o Tratado de Maastricht, em 1992, ao instituir a moeda única e a União Europeia. Mesmo que o tratado tenha instituído um limite de endividamento de 60% sobre o PIB de cada país membro, este não é fiscalizado, pela ausência de uma instituição de regularização dos gastos públicos dos estados membros. (FERNANDINO, 2011)

Este problema se intensifica ainda mais por alguns países da união europeia terem ultrapassado o limite de dívida imposto de 60% do PIB. É o exemplo da Grécia, que alcançou o dobro deste limite, gerando perda de confiança no Euro e consequentemente fuga de capitais da Europa num todo, tendo em vista que o Euro é a moeda adotada tanto nos membros atingidos diretamente pela crise, como naqueles que não foram tão prejudicados diretamente. (FERNANDINO, 2011)

Além disso, os altos gastos públicos na Europa provêm das políticas sociais, e se intensificam num momento de crise, através de seguro desemprego, de benefícios de

aposentadoria, entre outros. (FERNANDINO, 2011)

Mesmo com o alto nível de integração econômica e política, percebe-se que na União Europeia, com a crise econômica, houve ênfase do sentimento de nacionalismo nos Estados nacionais, como se pode perceber com a expulsão dos ciganos do território francês, pela união europeia não apoiar os refugiados líbios na Itália, e mais recentemente, com as manifestações que aconteceram na Inglaterra.

Na França, o governo anunciou em 2010 a expulsão de ciganos, que consistiu em uma ajuda financeira, para retorno voluntário, de 300 euros por adulto e 100 euros por criança, concedida pelo governo francês. Esta atitude de expulsão de cidadãos romenos teve a aprovação de 65% dos franceses, e embora a França afirme que eles estão partindo "voluntariamente", os romenos foram levados ao aeroporto por carros de polícia, com um forte esquema de segurança. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2010)

Segundo afirmação do presidente da França, Nicolas Sarkozy, "É preciso reconhecer que nós sofremos as consequências de uma imigração não controlada que resulta no fracasso da política de integração. Para um processo de integração com sucesso, é preciso controlar o fluxo de imigração". (BBC, 2011)

No entanto, a Romênia é um Estado que integrou a União Europeia em 2007, e a França foi uma das fundadoras da União Europeia e agora defende o veto à entrada da Romênia no Espaço Schengen, que permite a livre circulação de pessoas no interior da União. Esta discriminação dos ciganos infringe os princípios de integração da União Europeia, que também garante a defesa de minorias étnicas contra o racismo e xenofobia. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2011; O GLOBO, 2011)

Desse modo, como a Romênia faz parte da União Europeia, seus cidadãos teriam o direito de circular livremente pelos países do bloco europeu. No entanto, a França repatriou os ciganos por eles não serem capazes de provar que podem se manter em território francês e muitos deles são vistos pedindo ajuda em ruas de cidades francesas. O pretexto que justifica a expulsão é a segurança, alegando que os acampamentos ciganos são utilizados pelo tráfico de droga e de exploração de crianças para mendigar ou prostituir-se. No entanto, nenhum destes ciganos expulsos tinha registro criminal ou foi acusado de qualquer crime. (CISION, 2011)

Além disso, em períodos de crise econômica grave, há o desejo de tomar medidas que levam a acreditar que expulsando minorias étnicas menos favorecidas se resolve o problema. Neste sentido, o movimento instigado pela França se alastra a outros países, como Alemanha e Itália, representando um enorme retrocesso no processo de integração europeu,

pois não é possível expulsar pessoas de uma comunidade e, ao mesmo tempo, defender a livre circulação. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2011)

Esta onda de discriminação afronta aquilo estabelecido pela União Europeia com o Tratado de Lisboa, que garante a liberdade de circulação das pessoas e os direitos humanos fundamentais, incluindo o de não ser discriminado pela origem étnica. O Parlamento Europeu fez um apelo à França e a outros Estados membros da União Europeia para que fossem suspensas as expulsões de ciganos ou qualquer discriminação praticada por qualquer Estado membro. Foram 337 votos a favor e 245 contra, onde os legisladores adotaram uma resolução na qual se declaram muito preocupados com a discriminação vivenciada pelos ciganos. (JORNALE, 2011; CISON, 2011)

Outro fato que aconteceu na Europa após a crise econômica de 2008 e que evidencia o sentimento nacionalista foi o caso dos refugiados libios na Itália, que aconteceu causado pela crise política na Líbia, onde houve um aumento de imigração ilegal para a Europa, através da ilha italiana de Lampedusa. (OLIVEIRA, 2011)

Esta imigração até então era dificultada, em função de um acordo firmado entre a União Europeia e países do Sul do Mediterrâneo. O bloco europeu enviou bilhões de euros para a região e se comprometeu a reduzir as taxas alfandegárias gradativamente para que, em 2012, se tornasse possível a criação de uma zona de livre comércio entre as duas regiões. Isso só ocorreria caso os países do Oriente Médio cumprissem sua parte, realizando as ditas reformas políticas e sociais e respeitando questões de direitos humanos. (OLIVEIRA, 2011)

Nesse contexto, o principal esforço para repelir a imigração ilegal é feito pela Líbia em parceria com a Itália, que disponibiliza lanchas e outros equipamentos necessários para a vigilância da região. Contudo, com a crise política na Líbia, e pela União Europeia não apoiar o regime do ditador Kadafi, este controle migratório efetuado pela Líbia passou a não existir e assim, o número de imigrantes começou a aumentar. (OLIVEIRA, 2011)

Nestas circunstâncias, desde o início dos protestos, até março de 2011, a ilha italiana de Lampedusa já tinha recebido mais de 6 mil imigrantes, enquanto somente em 2010 foram 20 mil imigrantes. Para combater a imigração ilegal, o efetivo da Frontex foi aumentado no Mediterrâneo. (OLIVEIRA, 2011)

Antigamente, a Europa não via problemas por ditadores estarem no poder no Oriente Médio e no Norte da África, em vista de que mantinham reforços para evitar fluxos migratórios. No entanto, com a Primavera Árabe, que é uma onda de rebeliões para retirar ditadores do poder, a Europa foca-se em ajuda pesada aos países para que, no futuro, estes se tornem aliados e ajudem na batalha contra a imigração ilegal. Ressaltando este interesse, a

União Europeia aprovou um comunicado em que deixa clara a intenção de apoiar de maneira integral os processos de democratização dos países e que, desde já, se coloca como principal aliada daqueles países. A União Europeia afirma seu novo compromisso com a região e seu comprometimento com o processo de reestruturação dos países que necessitem de ajuda. (OLIVEIRA, 2011)

Na União Europeia, os refugiados são grupos que se encontram em situações vulneráveis na sociedade, e que necessitam de apoio e proteção. São grupos que tentam escapar a perseguições, tortura, tratamentos desumanos nos seus países de origem e, numerosas vezes, a conflitos armados e situações de violência política. Foi tendo como principal objetivo a proteção destas pessoas que a comunidade internacional e as Nações Unidas adotaram medidas que garantem direitos aos refugiados, assim como a União Europeia também adotou instrumentos específicos no Conselho da Europa e da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais para proteger estes indivíduos. (ETUC, 2011)

No entanto, neste caso dos refugiados líbios, que foram recebidos pela Itália, pode-se perceber que o desenvolvimento do regime de Asilo Europeu Comum tem apresentando preocupações daqueles que recorrem a este benefício nos Estados-Membros. Percebeu-se que muitas das medidas de controle fronteiriço postas em vigor pelos Estados-Membros não proporcionam o necessário para a obtenção do pedido de asilo na União Europeia. No caso dos imigrantes líbios que chegam a Lampedusa, muitas vezes são impedidos de pedir asilo e ainda sofrem o repatriamento forçado de pessoas da Itália para a Líbia. (ETUC, 2011)

4.2 O PAPEL DA POLÍTICA CULTURAL E EDUCACIONAL DA UNIÃO EUROPEIA E A UNIDADE DO BLOCO

A União Europeia, que agora, a partir das identidades nacionais e culturais visa com as políticas culturais e educacionais à construção de uma identidade europeia, que possibilita mecanismos e instrumentos de fortalecimento político e sócio-cultural, utiliza-se do multiculturalismo para alcançar tal objetivo.

Desse modo, deve-se destacar que as teorias do multiculturalismo são predominantes no campo educacional, e emergiram como uma maneira de identificar a importância das múltiplas identidades na educação e na cultura. Em resumo, as teorias do

multiculturalismo estão intimamente ligadas às políticas culturais e educacionais. As teorias do multiculturalismo relacionam-se, assim, com o principal objetivo analítico das teorias da cidadania. E juntas, os dois tipos de teoria procuram identificar o sentido e as fontes da identidade e das formas concorrentes de identidade nacional, regional, étnica ou religiosa. Já as teorias do multiculturalismo têm abordado as implicações de classe, raça e gênero para a constituição de identidades, e o papel do Estado, de um modo que as teorias habituais de cidadania, em certa medida, não o fizeram. Precisamos de uma teoria da cidadania multicultural democrática que leve a sério a necessidade de se desenvolver uma teoria da democracia que ajude a atenuar, senão eliminar completamente, as diferenças, desigualdades e injustiças sociais que permeiam as sociedades capitalistas, e capaz de abordar as tensões draconianas entre democracia e capitalismo, de um lado, e entre as formas democráticas sociais, políticas e econômicas. (TORRES, 2011)

Paulo Freire complementa a ideia de teoria da cidadania multicultural democrática afirmando que poucos encontros humanos são isentos de opressão de um ou de outro tipo, porque em virtude da raça, classe ou gênero, as pessoas tendem a serem vítimas e/ou perpetradores da opressão. Ele sublinha que racismo, sexismo ou exploração de classe são as formas mais evidentes de dominação, mas reconhece também que existe opressão baseada em crenças religiosas, afiliação política, origem nacional, idade, tamanho e deficiências físicas e intelectuais. (TORRES, 2011)

É possível perceber que esta visão de Freire, que cita exemplos de eventos xenófobos, é decorrente das diferenças culturais, do exótico. Desse modo, outro ponto defendido por Freire é a questão central da educação hoje, e qual o papel, se houver algum, e que as instituições e práticas educacionais deveriam desempenhar seu papel na constituição do pacto social que articula a democracia. Isto nos leva ao dilema de uma cultura democrática: a construção de um cidadão democrático. Colocando isto em termos mais simples, a democracia implica um processo de participação no qual todos são considerados iguais. (TORRES, 2011)

Apesar dos problemas vivenciados atualmente pela União Europeia com a crise econômica e com os altos gastos públicos e sociais que desencadeiam a ênfase do sentimento nacionalista, a União Europeia adota medidas multiculturalistas através de políticas culturais e educacionais para fomentar o fenômeno de hibridismo, que gera a integração, o contato entre culturas. Este contato promove o conhecimento/entendimento da cultura e da identidade do outro, que com o tempo proporciona respeito e cria uma identidade comum.

Podemos entender, assim, que o multiculturalismo está diretamente ligado com

políticas educacionais, sendo estas, uma maneira concreta de promover a cultura do outro, que em contrapartida, cria um cenário de respeito mútuo, de identidade cultural e nacional. Nesse ponto de respeito mútuo, é perceptível a necessidade de uma forma de conduzir o ambiente multicultural através da democracia, conforme afirmações de Freire.

De tal modo, percebe-se melhor este entendimento nas palavras de Andrea Semprini(1999, pg.45-46):

A escola é um dos lugares consagrados à formação do indivíduo e à sua integração numa comunidade de iguais. É graças a ela que o indivíduo pode transcender laços familiares, étnicos ou consuetudinários e criar um sentimento de pertença a uma identidade mais abrangente: a nação, a república.

Assim o destino do contínuo processo de unificação europeia é um dos assuntos mais discutidos no interior da União Europeia, e visa ao reconhecimento e participação dos cidadãos no âmbito da união, de forma que ao mesmo tempo haja respeito às diversidades culturais e nacionais.

Conforme Andrea Semprini(1999, 44), o multiculturalismo privilegia sua dimensão especificamente cultural, concentrando sua atenção sobre as reivindicações de grupos que não têm necessariamente uma base “objetivamente” étnica, política, ou nacional. Eles são movimentos sociais, estruturados em torno de um sistema de valores comuns, de um estilo de vida homogêneo, de um sentimento de identidade ou pertença coletivos, ou mesmo de uma experiência de marginalização.

Dessa maneira, como vimos ao longo deste estudo, num primeiro momento a integração regional surgiu como solução para alavancar o desenvolvimento econômico e comercial, direcionado à garantia de paz duradoura. No entanto, conforme o processo de integração foi se aprofundando, é vista a importância de levar em consideração as identidades culturais e nacionais neste processo de integração e unificação do bloco, para que esse possa continuar avançando, com a criação de uma identidade comum.

Sendo assim, a União Europeia, através do multiculturalismo com as políticas culturais e educacionais, está possibilitando a criação de uma identidade comum, enquanto preserva as identidades de cada Estado-Nação, o que é um fator importante e indispensável para a criação e manutenção de uma identidade comum.

A manutenção das identidades nacionais pode ajudar na construção de uma identidade comum do bloco, tendo em vista que a última é constituída pelas primeiras, através do evento do hibridismo proporcionado pelas políticas culturais e multiculturais.

Ainda, com a continuação das aplicações das políticas culturais e educacionais, o bloco irá atravessar este cenário difícil imposto pela crise econômica, através da criação de uma identidade comum, tendo em vista que, com a criação desta identidade e com as políticas culturais e educacionais, há o conhecimento da cultura do outro e o respeito, que após um longo prazo diminuirá este nível de diferenças, colocado em foco com o sentimento nacionalista.

Esta identidade comum é construída baseada na “interação” entre o EU e o OUTRO, sendo esta identidade comum, então, aquela que costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura, estabilizando assim, tanto o sujeito, quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis. (HALL, 2006)

A partir disto, entende-se que a identidade comum colocada em prática com a colaboração das políticas culturais e educacionais viria com o intuito de fortalecer a própria União Europeia e principalmente sua supranacionalidade.

Além disso, outro fator que vem para fortalecer a identidade comum e consequentemente a unidade do bloco é a cidadania europeia, que não substitui as cidadanias nacionais, e sim as complementa. Esta cidadania europeia foi instituída com o tratado da União Europeia, ao determinar que todo cidadão de qualquer Estado-Membro tenha os mesmos direitos no âmbito da comunidade, como livre circulação de pessoas e de mão de obra, participação nos programas culturais e educacionais, dentre outros.

Juntamente com esta cidadania europeia são instituídos outros elementos (símbolos) que inicialmente teriam caráter nacionalista, mas servem para fortalecer e incentivar a criação e manutenção de uma identidade comum, como a bandeira, o passaporte comum, o dia da união europeia, o Euro, o hino. Os símbolos, neste processo de integração, colaboram para o processo de fortalecimento da supranacionalidade. (HALL, 2006)

Nesse contexto de dificuldades econômicas e do fortalecimento do sentimento nacionalista, o avanço do processo de integração europeu, com a criação de uma identidade comum, proporcionado pelas aplicações das políticas culturais e educacionais, é a solução para o sucesso duradouro desta integração e unificação.

Ainda, entende-se que as políticas culturais e educacionais contribuem para a formação da identidade, e consequentemente do sentimento comum. Esta identidade comum alcançará a aceitação e respeito aos diferentes sistemas culturais, nacionais e históricos, juntamente com os valores que estejam associados à participação de seus cidadãos e aos elementos (símbolos) já instituídos no âmbito da União Europeia.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho teve como objetivo geral conhecer o papel da política cultural e educacional da União Europeia no processo de integração cultural desta, e as consequências desse nível de integração cultural nas decisões que tangem o avanço da integração europeia, fazendo um estudo baseado nas teorias de relações internacionais, política internacional, antropologia, e em fatores históricos.

Foi possível concluir que o processo de integração europeu que se consolidou com a União Europeia é uma consequência da globalização, que inicialmente foi constituído e visto como uma forma de promover o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que garante a manutenção da paz duradoura.

Vimos que o processo de integração da União Europeia passou por diversas transformações ao longo da história, adquirindo característica e conjuntura única no âmbito internacional. De tal forma que, para continuar a se desenvolver, é necessário que a comunidade se torne multicultural, pois assim, haverá respeito às diferenças culturais, criando uma identidade comum, e que em contrapartida possibilitará o avanço da integração europeia, principalmente política.

Sendo assim, entendemos que o papel da política cultural e educacional é colocar os diferentes sistemas culturais em contato constante. No âmbito cultural, este objetivo é colocado em prática com a criação de símbolos comuns, como bandeira, hino, com o dia da União Europeia, com a capital europeia, com apoio financeiro para manutenção de símbolos culturais e históricos, enquanto no âmbito educacional são colocados em prática programas de intercâmbios, são estabelecidas parcerias na área educacional, entre outros.

Esta maior integração entre diferentes culturas que resulta das políticas culturais e educacionais possibilita o fenômeno de hibridismo, que é utilizado para a construção de uma comunidade multicultural. Nesta comunidade multicultural é onde será criada, com a colaboração das políticas educacionais e culturais, a identidade comum.

Lembrando que ao alcançar esta identidade comum será possível avançar no processo de integração, principalmente nas questões políticas, o que possibilitará, assim, uma União Europeia mais supranacional. Desse modo, subentende-se que quando a União Europeia alcançar tamanha integração cultural, as consequências nas decisões que tangem o avanço da integração europeia serão perceptíveis.

Pois com a comunidade multicultural, haverá maior integração, principalmente

política, e este novo nível de integração possibilitará maior entendimento nas decisões do bloco, podendo levar a uma comunidade completamente supranacional. Ao atingir esse nível, consequentemente haverá diminuição dos sentimentos xenófobos e discriminatórios entre os indivíduos e países membros.

Desse modo, esta temática levou à formulação dos seguintes objetivos específicos: apresentar aspectos conceituais relacionados à cultura, política internacional, política cultural, política educacional, integração comunitária e União Europeia; mostrar o contexto histórico europeu e os desafios para a reconstrução econômica e promoção de paz duradoura; descrever o processo de integração da União Europeia, que idealiza o desejo de reconstrução econômica e de paz duradoura; destacar as políticas de promoção cultural na integração regional da União Europeia; analisar o papel das políticas culturais e educacionais na construção da identidade europeia; levantar dados sobre a influência de uma comunidade multicultural nas decisões que tangem a integração europeia, facilitada pelas políticas culturais e educacionais.

Sendo assim, para apresentar aspectos conceituais relacionados à cultura, política internacional, política educacional, integração comunitária e de União Europeia, foram utilizadas fontes bibliográficas de estudiosos das teorias de relações internacionais, política internacional, antropologia cultural, integração regional e o site oficial da União Europeia. Para mostrar o contexto histórico europeu e os desafios para a reconstrução econômica e promoção de paz duradoura, assim como para descrever o desejo de reconstrução econômica e de paz duradoura, foram utilizadas fontes bibliográficas que relatam e discutem o contexto histórico, dando ênfase para os acontecimentos a partir da segunda guerra mundial, que alterou a geopolítica da região e desencadeou o interesse de existência de paz duradoura e de reconstrução econômica, que posteriormente foi alcançado com o surgimento da União Europeia.

Ainda, para destacar as políticas de promoção cultural na integração regional da União Europeia, analisar o papel das políticas culturais e educacionais na construção da identidade europeia e levantar dados sobre a influência de uma comunidade multicultural nas decisões que tangem a integração europeia, facilitada pelas políticas culturais e educacionais, foram utilizadas as teorias de antropologia cultural, dando ênfase para o conceito de construtivismo social, identidade, identidade cultural e nacional. Enquanto os dados, além de terem sido baseados nas obras de estudiosos da antropologia, foram retirados também de acontecimentos que têm sido veiculados pela mídia internacional em relação àquilo vivenciado atualmente pelo bloco europeu.

Após o desenvolvimento da pesquisa e ao final das páginas foi possível perceber

que ainda há muito o que refletir sobre o processo de integração cultural na União Europeia, pois este vai além das políticas culturais e educacionais. As políticas culturais e educacionais são parte neste desenvolvimento, são um dos mecanismos adotados, para possibilitar a criação e manutenção de uma identidade comum.

Com isto, aproveita-se para apresentar algumas recomendações. Tendo em vista que o processo de integração cultural da União Europeia é um tema amplo e complexo, torna-se interessante para estudos futuros analisar as influências de uma identidade comum da União Europeia nas identidades culturais e nacionais, partindo do entendimento de que o multiculturalismo não extingue as identidades culturais e nacionais dos Estados-Membros. Desse modo, as consequências dentro do bloco em relação às identidades culturais e nacionais são imprevisíveis.

Outra possibilidade é estudar e analisar a onda de xenofobia e preconceito em relação às identidades culturais e nacionais e seu comportamento em relação à identidade comum e o multiculturalismo, tendo em vista que o multiculturalismo e a identidade comum são oposição a estas características.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BBC. Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/08/100818_franca_ciganos_dg.shtml>, acesso em: 12 set 2011.

BEHRING. **Politica Social no contexto da crise capitalista**. Disponível em:

<http://xa.yimg.com/kq/groups/15556754/294779267/name/Texto_6__Politica_Social_no_Contexto_de_Crise_Capitalista%5B1%5D.pdf>, acesso em: 09 set 2011

BRUMES, Karla Rosário. **O Uso do termo cultura**. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/10231/6099>> Acesso em: Out. 2011

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ed. FTD, 1996.

CAMPOS, Eduardo Nunes. **O lugar do cidadão nos processos de integração: o déficit social da comunidade europeia e do Mercosul**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François. **História da Europa**. Lisboa: Estampa, 1992.

CISON. **Expulsão de ciganos: onde está a Comissão da UE?**. *Jornal de Leiria*, Portugal, 2010, pag. 20. Disponível em <http://www.anagomes.eu/PublicDocs/96c027d0-8718-4ababcc5-6863aae9fb21.pdf>, acesso em 12 set 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. **A Situação social na União Europeia**. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/employment_social/social_situation/docs/ssr2004_brief_pt.pdf>. Acesso em: 08 set 2011f.

COMISSÃO EUROPEIA. **Comenius: A Europa na sala de aula**. Disponível

em: <http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/doc84_en.htm> Acesso em: 02 jun. 2011b.

COMISSÃO EUROPEIA. **Grundtvig: aprendizado prático para adultos**. Disponível

em: <http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/doc86_en.htm> Acesso em: 02 jun. 2011e.

COMISSÃO EUROPEIA. **O Programa ERASMUS: estudar na Europa e mais**.

<http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/doc80_en.htm> Disponível em: 02 jun. 2011c.

COMISSÃO EUROPEIA. **Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida: educação e formação de oportunidades para todos**. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/doc78_en.htm> Acesso em: 02 jun. 2011a.

COMISSÃO EUROPEIA. **Programa Leonardo da Vinci**. Disponível

em: <http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/doc82_en.htm> Acesso em: 02 jun. 2011d.

BRASIL, Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/ASEAN.htm>>, acesso em: 07 set 2011.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

OLIVEIRA, Vinícius Tavares de. **A reação europeia em relação às revoltas no mundo árabe**. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20110316115651.pdf?PHPSESSID=38e3277cab7b4298a4102ac316cef5a5>, acessado em: 12 set 2011.

DIEESE. **A crise econômica mundial e as turbulências recentes**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec104CriseEconomica.pdf>>, acesso em: 09 set 2011

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

ECHEVERRIA, Victoria. **Alternância entre ortodoxia e heterodoxia no pensamento econômico**. Disponível em <http://www.madres.org/documentos/doc20100929132507.pdf>, acesso em: 09 set 2011.

ENCICLOPÉDIA BARSA. **Economia e Geografia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Balsa Planeta, 2009. 9 v.

ETUC. **DECLARAÇÃO POR OCASIÃO DO DIA MUNDIAL DO REFUGIADO**. Disponível em: <http://www.ugt.pt/CES_19_06_2009.pdf>, acessado em: 12 set 2011.

EUROPA. O Portal da União Europeia. **Comissão Europeia**. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/european-commission/index_pt.htm>, Acesso em: 02 de jun. 2011d.

_____. O Portal da União Europeia. **Conselho da União Europeia**. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/council-eu/index_pt.htm> Acesso em: 02 de jun. 2011c.

_____. O Portal da União Europeia. **Cultura**. Disponível em: <http://europa.eu/pol/cult/index_pt.htm> Acesso em: 02 de jun. 2011e.

_____. O Portal da União Europeia. **Instituições e outros organismos da UE**. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/index_pt.htm> Acesso em: 02 jun. 2011a.

_____. O Portal da União Europeia. **Parlamento Europeu**. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/european-parliament/index_pt.htm> Acesso em: 02 de jun. 2011b.

_____. O Portal da União Europeia. **Tratado da União Europeia**: Jornal Oficial nº C 191 de 29 de Julho de 1992. Disponível em: <<http://eurlex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html#0001000001>> Acesso em:

07 de jun. 1992.

_____. Sínteses da Legislação da UE. **Programa:** Cultura. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/culture/l29016_pt.htm> Acesso em: 02 jun. 2011f.

_____. **Programa Cultura:** Atravessando Fronteiras – Interligando Culturas. Disponível em: <http://ec.europa.eu/culture/documents/publications/newprogr-leaflet_pt.pdf> Acesso em: 01 out. 2011g

CARVALHO, Orlando de; ALARCÃO, Rui de; LARANJEIRO, Carlos. Curso de Estudos Europeus; **A União Europeia**. FACULDADE DE DIREITO: Coimbra: Almedina, 1994.

FERNANDINO, Gabriel Campos. **Portugal: Manifestação ostensiva de crise na Zona do Euro**. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20110714095058.pdf?PHSESSION=d92208632b21443d09eb351298ce01c2>. Acesso em: 09 set 2011

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. **Introdução ao direito comunitário**. São Paulo: J. de Oliveira, 2002.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano:** uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

GRANDESSO, Marilene. **Sobre a reconstrução do Significado:** Uma Análise Epistemológica e Hermenêutica da Prática Clínica. 2. Ed. São Paulo, 2006.

GUEROT, Ulrike. **União Europeia:** transtornos e alcance da integração regional. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT(UNDP). **Globalização e escolha cultural**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr04_po_chapter_5.pdf> Acesso em: 05 de out. 2011

IORIS, Rafael Rossoto. **Culturas em choque:** a globalização e os desafios para a convivência multicultural. 1ª edição. São Paulo: Annablume., 2007.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Expulsão de ciganos é um enorme retrocesso europeu. Disponível em: <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1650582>, acesso em: 12 set 2011.

JORNALE. Disponível em: <<http://www.jornale.com.br/portal/mundo/83-03-mundo/7608-parlamento-europeu-pede-a-franca-que-pare-de-expulsar-ciganos.pdf>>, acesso em: 12 set 2011.

JUNQUEIRA, Bráulio. **A institucionalização política da União Europeia**. Coimbra: Almedina, 2008.

LADWIG, Nilzo Ivo; COSTA, Rogério Santos da. **Vinte anos da queda do muro de Berlim: um debate interdisciplinar**. Palhoça: Ed. Unisul, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 21. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

LUIZ, Denise de Souza. **Evolução do processo de integração social da união europeia: antes e após a Carta Social de 1989**. Florianópolis: OAB/SC, 1999.

MAGNOLI, Demétrio. **União Europeia: história e geopolítica**. 3.ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.

MATHEWS, Gordon. **Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado cultural**. Bauru: EDUSC, 2002.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. **Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MORAIS, Regis de. **ESTUDOS DE FILOSOFIA DA CULTURA**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

O GLOBO. França expulsa ciganos 93 ciganos de volta para a Romênia. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2010/08/19/franca-expulsa-93-ciganos-de-volta-para-romenia-917431434.asp>>, acesso em: 12 set 2011.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Et al.). **Política internacional contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PERREIRA, Patrícia. **A situação económica e social na União Europeia: análise de alguns indicadores**. Disponível em: <<http://www.repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/2558/1/Tese%20de%20Mestrado%20Patr%C3%ADcia%20Pereira.pdf>>, acesso em: 09 set 2011.

RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Europeia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

RÉMOND, René. **O século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 1974.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999

SIDEKUM, Antônio. **Alteridade e Multiculturalismo**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SMITH, Huston. **O olho do Espírito: Uma visão integral para um mundo que ficou ligeiramente louco**. São Paulo: Cultrix, 1997.

STELZER, Joana. **União Europeia e supranacionalidade: desafio ou realidade?**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2004.

TORRES, Carlos Alberto, (Org.) INSTITUTO PAULO FREIRE. **Teoria crítica e sociologia política da educação**. São Paulo: FGV, 2003.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah Valente. **Para além do multiculturalismo: a educação intercultural na Europa** Disponível em:
<<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/220/224>> Acesso em: 02 de jun. 2011

VIDAL, Paloma. **A história em seus restos: literatura e exílio no cone sul**. 1ª edição. São Paulo:Ed. Anna Blume, 2004.

VILLAS-BOAS, André. **Identidade e cultura**. Rio de Janeiro: 2AB, 2002.